



UNIVERSIDADE FEDERAL GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGOCIO

JEAN LOUIS ALVES MARTINS

**Avaliação executiva da assistência técnica e extensão rural do
programa “Promoção da Agricultura Familiar Sustentável” no
município de Campo Alegre de Goiás**

GOIÂNIA
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Jean Louis Alves Martins

3. Título do trabalho

AVALIAÇÃO EXECUTIVA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO PROGRAMA "PROMOÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL" NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE DE GOIÁS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Resende Oliveira, Usuário Externo**, em 28/02/2023, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jean Louis Alves Martins, Discente**, em 28/02/2023, às 19:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3534605** e o código CRC **19E5E4BF**.

JEAN LOUIS ALVES MARTINS

Avaliação executiva da assistência técnica e extensão rural do programa “Promoção da Agricultura Familiar Sustentável” no município de Campo Alegre de Goiás

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, da Escola de Agronomia, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Agronegócio.

Área de concentração: Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais.

Linha de Pesquisa: Agricultura Familiar e o Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Resende de Oliveira.

GOIÂNIA

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Martins, Jean Louis Alves

Avaliação Executiva da Assistência Técnica e Extensão Rural do Programa " Promoção da Agricultura Familiar Sustentável " no Município de Campo Alegre de Goiás [manuscrito] / Jean Louis Alves Martins. - 2023.

lxxvii, 77 f.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Resende Oliveira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia (EA), Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Goiânia, 2023.

Bibliografia. Anexos.

Inclui fotografias, gráfico, tabelas.

1. Avaliação Executiva. 2. Política Pública. 3. Assistência Técnica. 4. Extensão Rural. 5. Agricultura Familiar. I. Oliveira, Guilherme Resende , orient. II. Título.

CDU 63



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

ESCOLA DE AGRONOMIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **3/2023** da sessão de Defesa de Dissertação de **Jean Louis Alves Martins**, que confere o título de Mestre em **Agronegócio**, na área de concentração em **Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais**.

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, a partir das 08h, na sala 13 do PPGAGRO, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "AVALIAÇÃO EXECUTIVA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO PROGRAMA "PROMOÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL" NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE DE GOIÁS". Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Guilherme Resende Oliveira (UNIALFA), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Cleyzer Adrian da Cunha (FACE/UFG), membro titular interno; e Doutora Maurízia de Fátima Carneiro (EMATER), membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato aprovado pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Guilherme Resende Oliveira, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Maurízia de Fátima Carneiro, Usuário Externo**, em 02/03/2023, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Resende Oliveira, Usuário Externo**, em 02/03/2023, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleyzer Adrian Da Cunha, Professor do Magistério Superior**, em 03/03/2023, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3563353** e o código CRC **F5C40842**.

Referência: Processo nº 23070.008929/2023-53

SEI nº 3563353

Sumário

RESUMO	7
INTRODUÇÃO.....	9
DESCRIÇÃO GERAL.....	10
REFERÊNCIAL TEORICO	13
METODOLOGIA	16
DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA	18
DESENHO DA POLÍTICA.....	20
IMPLEMENTAÇÃO.....	21
GOVERNANÇA	34
RESULTADOS.....	36
IMPACTOS.....	49
EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTARIAS E <i>INSIGHTS</i> SOBRE EFICIÊNCIA DE GASTOS	50
RECOMENDAÇÕES	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
ANEXOS	56

RESUMO

Esse trabalho é uma avaliação executiva da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) prestada no programa “Promoção da Agricultura Familiar Sustentável” no município de Campo Alegre de Goiás, objeto de contrato entre o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater), implementado entre os anos de 2015 e 2017. A avaliação executiva permitiu estabelecer uma visão geral dessa Política Pública no público selecionado através da análise de dados de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, análise documental dos projetos de crédito dos beneficiários no arquivo da Unidade Local da Emater de Campo Alegre de Goiás, observações e conversas informais com as famílias de produtores realizadas nas visitas as Unidades de Produção Familiar, a avaliação proposta nesse projeto de pesquisa/avaliação foi feita no município com um total de 83 famílias restantes do grupo original de 100 famílias, haja visto o falecimento, aposentadoria da atividade e venda do imóvel por motivo de doença de 17 produtores, divididas em 5 grupos distribuídos por 5 comunidades: Paulista, Paulista/Sesmaria, Conceição/Boa Vista, Calaça/Soledade e Rancharia, comprovando a eficácia das ações de assistência técnica e extensão rural na melhoria do manejo das pastagens, manejo e melhoramento genético do rebanho leiteiro, aumento de produtividade do leite e forrageiras, proteção das nascentes, recuperação de matas ciliares, adoção de práticas agroecológicas, diminuição de insumos tóxicos, diminuição de custos, levando a um aumento da renda líquida o que impactou o modo de vida dessas famílias em termos de conforto e aquisição de bens de consumo. O montante da dotação orçamentaria foi suficiente para custear as ações em direção aos objetivos pretendidos e a Política Pública foi realizada com custos razoáveis (economicidade). Por acontecer tempestivamente na implementação da política, a avaliação executiva é uma abordagem mais rápida e direcionada ao ajuste da política pública. Segundo Cohen e Franco (2004), uma avaliação de política pública se justifica por ter um papel central no processo de racionalização e ser um elemento básico de planejamento de uma política pública com resultados avaliados pela eficácia.

Palavras-chave: avaliação executiva; política pública; assistência técnica; extensão rural; agricultura familiar.

ABSTRACT

This work is an executive evaluation of the Technical Assistance and Rural Extension (ATER) provided in the program “Promotion of Sustainable Family Agriculture” in the municipality of Campo Alegre de Goiás, object of a contract between the Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) and the Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater), implemented between 2015 and 2017. The executive evaluation allowed establishing an overview of this Public Policy in the selected public through the analysis of data from structured interviews and semi-structured, documentary analysis of the beneficiaries' credit projects in the file of the Local Unit of Emater in Campo Alegre de Goiás, observations and informal conversations with the families of producers carried out in the visits to the Family Production Units, the evaluation proposal in this research/evaluation project was carried out in the municipality with a total of 83 families remaining from the original group of 100 families, This is the death, retirement from the activity and sale of the property due to illness of 17 producers, divided into 5 groups spread over 5 communities: Paulista, Paulista/Sesmaria, Conceição/Boa Vista, Calaça/Soledade and Rancharia , proving the effectiveness of technical assistance and rural extension actions in improving pasture management, management and genetic improvement of the dairy herd, increased milk and forage productivity, protection of springs, recovery of riparian forests, adoption of agroecological practices, reduction of toxic inputs, reduction of costs, leading to an increase in net income, which impacted the way of life of these families in terms of comfort and acquisition of consumer goods. The amount of the budget appropriation was sufficient to fund the actions towards the intended objectives and the Public Policy was carried out with reasonable costs (economy). As it takes place in a timely manner during policy implementation, the executive assessment is a faster and more targeted approach to adjusting public policy. According to Cohen and Franco (2004), a public policy evaluation is justified because it plays a central role in the rationalization process and is a basic element in the planning of a public policy with results evaluated by effectiveness.

Keywords: executive evaluation; public policy; technical assistance; extension rural; family Farming.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a adoção de métodos de avaliação tem sido objeto constante de inúmeras iniciativas de gestão focadas na internalização de maior eficiência na administração pública (ABRUCIO & GAETANI, 2006). Nesse sentido, a avaliação é percebida como uma oportunidade de aprimorar a dinâmica das políticas públicas, por meio de instrumentos capazes de oferecer informações mais qualificadas sobre a aplicação dos recursos financeiros, processos e resultados da ação pública. Bem como proporcionar maior transparência aos contribuintes que normalmente veem com desconfiança a eficiência de programas de Políticas Públicas, mas tem grande expectativa na solução dos problemas por parte das instituições públicas.

Além de ser uma ferramenta de avaliação rápida que pode apontar indicações de aprimoramento para a política, a avaliação executiva também permite indicar uma avaliação mais profunda focalizada em analisar os componentes do modelo lógico que apresenta maior fragilidade. Via de regra é ineficiente ou se caracteriza desperdício de recursos públicos, econômicos e humanos, avaliar uma mesma Política Pública em várias abordagens avaliando alguma coisa que não seja de relevância para a gestão da política. Deste modo, por meio do panorama global estabelecido pela avaliação executiva se pode escolher a abordagem de uma análise mais adequada e pertinente à situação da Política Pública.

Essa avaliação será aplicada no Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural “Promoção da Agricultura Familiar Sustentável- Lote 16” objeto do Contrato 064 celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater) objetivando a execução de serviços de assistência técnica e extensão rural para promoção da agricultura familiar sustentável junto a agricultores familiares pela Emater em 13 municípios do Estado de Goiás. (Figura 1)

O problema da pesquisa, objetivo do estudo, é identificar se houve fragilidades relacionadas ao desenho, gestão e implantação do Programa, além de avaliar a execução e o impacto do programa de ATER pela Emater no município de Campo Alegre de Goiás, junto as famílias de agricultores. Por meio de pesquisa participativa, avaliar se a burocracia institucional dificultou ou impediu o alcance dos objetivos propostos no contrato de execução do Programa.

A Assistência Técnica e a Extensão Rural (ATER) é uma Política Pública fundamental no processo de desenvolvimento rural e da atividade agropecuária, pois é um instrumento de comunicação de conhecimento de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e outros conheci-

mentos. Tendo como principal objetivo, estimular, animar e apoiar as iniciativas de desenvolvimento rural sustentáveis que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas; centralizando o fortalecimento da agricultura familiar; visando o aumento de renda e a melhoria da qualidade de vida; facilitar o acesso a outras Políticas Públicas e dar a oportunidade de trabalhar com as novas tecnologias da agricultura, adotando os princípios de respeito ambiental como eixo orientador das ações dos processos de produção, beneficiamento e comercialização.

Segundo RESENDE O, G.; ARAÚJO. M. F.; QUEIROZ, C.C (2017) a baixa escolaridade do agricultor familiar, a concentração de serviços públicos e das atividades econômicas, tornam relevantes a atuação da extensão rural e, conseqüentemente, a contribuição da ATER para reduzir a desigualdade regional.

O homem do campo precisa de um contínuo processo de educação e de orientação técnica para resolver os problemas de produção e gestão das propriedades.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) foi instituída em 2010 com a Lei 12.188/2010. Orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), a Pnater foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar.

O objetivo desse trabalho é fazer uma avaliação executiva definida pelo Instituto de Pesquisa Econômica aplicada – IPEA no Guia Prático de Análise *ex-post*, volume 2. Capítulo 03, como uma avaliação que permite formar um cenário geral sobre determinada Política Pública, possibilitando que ao termino de um programa dessa política, haja a identificação de pontos de aprimoramento na execução, ou eventual avaliação mais aprofundada de assuntos especiais. A avaliação executiva é uma abordagem mais rápida, realizada em um período de quatro a seis meses e tem como foco principal fornecer dados que apoiem a gestão da Política Pública, sendo essa de identificar possíveis fragilidades relacionadas, especialmente, ao seu desenho, à sua gestão e implementação. O resultado da avaliação deve apresentar elementos para que possam ser propostas, se necessário, recomendações com oportunidades efetivas de aprimoramento e correção de rumos.

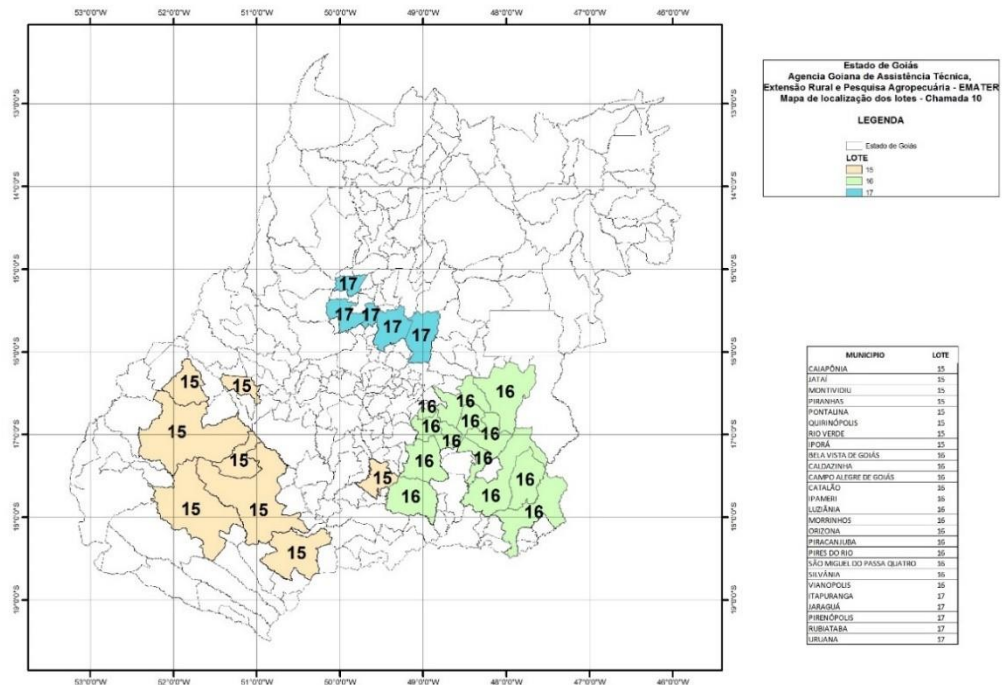
2 DESCRIÇÃO GERAL

O Programa “Promoção da Agricultura Familiar Sustentável” foi instituído em dezembro de 2012 e levado a execução de 2015 a 2017, tendo como público alvo os agricultores

familiares portadores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) com renda mensal de 2 até 10 salários mínimos, sendo posteriormente autorizado pelo MDA o aumento dessa renda, com um número de 20 famílias por grupo e de 100 a 200 famílias por município. Cabendo a Emater como contratada executar o trabalho de assistência técnica e extensão rural que incluiu visitas técnicas, oficinas, cursos e treinamentos nas áreas de bovinocultura de leite, manejo e recuperação de pastagens, produção de forrageiras, olericultura, fruticultura, agroecologia e meio ambiente, não havendo custos para os produtores familiares beneficiários do programa. Ao MDA como contratante coube monitoramento a distância via relatórios postados eletronicamente e fiscalização *in loco* da execução dos trabalhos e o pagamento acordado no contrato.

Essas avaliações se referem ao município de Campo Alegre de Goiás, a escolha se deve ao fato de que o autor desse trabalho, prestou assistência técnica e extensão rural efetivamente a todos os 100 beneficiários selecionados por todo o período de duração do programa.

Figura 1 – Localização dos municípios do Lote 16 da Chamada Pública SAF/ATER 10/2012



Fonte: Emater

Tabela 1- Municípios do lote 16 e quantificação do público a ser atendido pela proposta

Município	Nº AF	Nº AF Selecionados	Grupos
Bela Vista	200	233	5
Caldazinha	100	82	4
Campo Alegre	100	112	5
Catalão	100	103	5
Ipameri	100	105	3
Luziânia	100	140	7
Morrinhos	200	157	5
Orizona	200	205	9
Piracanjuba	200	96	3
Pires do Rio	100	104	3
S. M. do Passa Quatro	100	111	4
Silvânia	100	137	6

Fonte: EMATER

Este contrato foi embasado pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) visando a prestação de serviços de ATER para agricultores familiares, visando o desenvolvimento sustentável das Unidades de Produção Familiar (UPF.)

O Lote 16 do contrato abrangeu 13 municípios do estado de Goiás, Tabela 1, cujo critério de escolha foi o percentual maior de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP's) ativas no sistema Dapweb do Ministério e Desenvolvimento Agrário (MDA).

O valor total do contrato repassado em parcelas anuais para a Emater foi de R\$ 5.788.139,06 e o prazo de execução foi de 03 anos (2015/17) com 1700 famílias a serem atendidas.

Seguindo a proposta estabelecida no contrato do MDA, após a efetivação do programa foi mensurado apenas as ações de execução quantitativas das metas de elaboração de diagnósticos individuais das UPF, sendo: diagnósticos coletivos, visitas técnicas, oficinas, reuniões e cursos, atingindo 100% do proposto, porém não foi solicitada e nem feita de forma ampla uma avaliação em termos qualitativos dos objetivos específicos previstos no programa de “Promoção da Agricultura Familiar Sustentável- lote 16” que será o escopo dessa pesquisa e avaliação.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nos últimos anos, as avaliações de programas de políticas públicas vem ganhando grande importância no setor público brasileiro, tendo em vista que as informações oriundas destas podem dar subsídio à várias decisões do planejamento governamental e nesse aspecto, a avaliação ganha relevância enquanto principal instrumento operacional para uma alocação mais eficiente de recursos públicos já que compreende a avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos de atendimento de um programa em relação aos objetivos propostos.

Uma característica fundamental da avaliação executiva, e que lhe garante maior agilidade no processo avaliativo, é sua dependência de informações secundárias, como avaliações preexistentes e relatórios de monitoramento.

Conforme RESENDE, G. O. (2015 p.5) “A prática de monitoramento e avaliação (M&A) se expande cada vez mais no Brasil e no mundo como um conjunto de ferramentas de gestão imprescindíveis para o desenho, implementação e o controle de políticas públicas”. Essa prática tem como objetivo melhorar a eficácia, eficiência e efetividade das políticas públicas aplicadas, justificando junto aos contribuintes o uso de recursos oriundos dos impostos.

RESENDE, G. O. (2015) sugere uma proposta sistematizada de avaliação das políticas públicas a serem aplicadas em Goiás, que deve ser feito pelo poder público estadual, de modo a garantir a geração de conhecimento sobre a gestão pública, além de conferir maior transparência de suas ações. Tendo em vista que as avaliações das políticas públicas tanto de cunho estadual como federal, através de convênios e chamadas, são avaliações pontuais, sem um processo rigoroso e sistemático, que tenha uniformização das estruturas para o aperfeiçoamento da qualidade dos projetos oriundos de políticas públicas. Sua aplicação antevê o aumento da eficácia, eficiência e efetividade das políticas públicas praticadas pelo Governo do Estado de Goiás, além de incrementar o processo de transparência e prestação de contas.

Para CARDOSO, JR. (2015), existe uma grande carência no monitoramento estratégico de políticas públicas, o que mostra uma fragilidade para a administração pública. Com isso perde-se muito tempo com exigências burocráticas e isso só traz prejuízo à execução eficiente das políticas públicas, impedindo que se potencializem os recursos e resultados positivos.

REZENDE, J. V. S. (2011) e sua equipe demonstram em seu trabalho de pesquisa que as experiências do Governo de Minas Gerais com as avaliações executivas de programas governamentais na área do processo orçamentário avaliados com base em uma metodologia composta por 29 questões, distribuídas em quatro eixos: propósito e concepção; planejamento; execução e gerenciamento e resultados, permitiram a identificação das características, das boas práticas

e das vulnerabilidades dos programas e o apontamento de oportunidades de melhorias para cada critério avaliado. Os resultados apontam para a necessidade de evolução do processo de planejamento e de adoção de ferramentas específicas para o gerenciamento dos programas.

Posto por RUA (2009) mostra que a análise de política pode ter por escopo tanto melhorar o entendimento acerca da política e do processo político, como oferecer sugestões para o aprimoramento das políticas públicas. Já na autoria de SOUZA (2009), apresenta diferenças entre análise e avaliação de políticas públicas. As análises são estudos das causas e efeitos das atividades do governo e avaliações que se referem ao impacto dos programas de Políticas Públicas.

De acordo SECCHI (2013) a avaliação da política pública é a etapa em que a implementação e a performance das políticas públicas são estudadas com o intuito de se conhecer o estado da política e a redução do problema que a causou, obtendo respostas sobre as fases antecedentes, definindo padrões, indicadores e critérios. O ciclo de uma política pública normalmente tem um termino, entretanto, várias políticas públicas continuam ativas ou são substituídas por outros equivalentes, como as políticas de credito rural do PRONAF e das normas trabalhistas.

A Assistência Técnica e a Extensão Rural (ATER) são serviços essenciais no processo de desenvolvimento rural tanto no aspecto econômico quanto social, sendo a extensão rural um processo tanto educacional quanto social que visa transferir conhecimentos ou tecnologia para as famílias rurais em um caráter coletivo. Já a assistência técnica tem um caráter mais individual e limita-se a aplicar a tecnologia via técnico, por conseguinte elas são ferramentas de propagação de novas tecnologias disponibilizadas pela pesquisa e de outros saberes. De acordo com a Constituição de 1988 a Assistência Técnica e Extensão Rural devem estar presente no planejamento e execução da Política Agrícola do Brasil, entre outros pontos.

Segundo PEIXOTO (2008), o começo desses serviços no Brasil ocorreu nas décadas de 1950 e 1960, com a criação de Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR) nos estados, as quais eram coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). A ACAR pioneira foi em Minas Gerais, em 1948. De acordo com OLIVEIRA (1999) ao final dos anos de 1950, os serviços se encontravam presentes em todos os estados das regiões Sudeste e Sul, expandindo-se para os estados do Nordeste e Centro-Oeste. Com o crescimento dessas instituições, o Governo Federal gradualmente as foi trazendo para seu campo de controle, oferecendo apoio financeiro e tendo como contrapartida a adesão ao seu projeto de desenvolvimento rural. Em 1975 com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica

e Extensão Rural (Embrater), a Abcar foi incorporada pela Embrater, e as Acars estaduais passaram a ser Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

Para os autores ASMIN, M. A.; PASSINI, J. J.; BOICO, D. G (2019) a agricultura familiar é a classe de produtores rurais de maior relevância econômica e social, seja pelo seu número expressivo, seja pela função de produzir os alimentos do dia a dia e manter essa produção depende muito de políticas de desenvolvimento rural. Uma dessas políticas é a assistência técnica e extensão rural, que oferece informações e tecnologias para serem usadas nos sistemas de produção, principalmente aquelas adequadas às circunstâncias de insuficiência de capital e às desditas presentes nas pequenas propriedades como estruturas deficientes. É nesse momento que a ATER cumpre seu papel e expande a renda do produtor quanto a rentabilidade, reduz o esforço físico e orienta na preservação ambiental, além de instruir em comercialização.

Para a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), o principal objetivo dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável. É uma Política que atua no cotidiano dos agricultores construindo com eles soluções tecnológicas e organizativas para o seu trabalho.

Para NUNES E. M, da Silva V. M, Claudino de Sá V. (2020) por muitos anos durante a o processo de modernização da agricultura no Brasil a partir dos anos 70, os métodos da Assistência Técnica e Extensão Rural, notadamente a pública, foram marcados como difusão de tecnologia, onde a adoção de tecnologias era o objetivo principal, sendo que os produtores rurais não eram consultados se aqueles pacotes tecnológicos prontos atendiam suas necessidades ou se eles tinham condições de infraestrutura para utilizá-los. A partir do ano 2000 iniciou-se discussões em torno de uma nova ATER pública, a nova visão de ATER vem agora da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que define uma atitude mais extensionista com ênfase em sustentabilidade e em processos mais diversificados de desenvolvimento rural, na utilização de métodos mais participativos, tecnologia e conhecimentos baseados na real necessidade e condições da agricultura familiar que lhes permitirão escolher opções tecnológicas adequadas à demanda local. O técnico extensionista, passa a disponibilizar conhecimentos e técnicas no sentido de transformar a realidade, procurando melhorar as condições de vida dos agricultores familiares, trocando conhecimentos e saberes entre si.

4 METODOLOGIA

A avaliação executiva é uma metodologia proposta pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que consiste em uma avaliação *ex-post-facto*, ou seja, de intervenções já em andamento. Ela deve ser realizada de forma a fornecer um perfil dos programas ou projetos avaliados, aplicando uma abordagem sintética e que demanda pouco tempo e gastos de recursos. O objetivo é fornecer uma visão geral das informações de desempenho de um programa em várias áreas que são consideradas como parte integrante do sucesso de um todo. Dessa forma, a Avaliação Executiva analisa a efetividade do projeto e permite identificar o grau de maturidade em que ele se encontra, fornecendo um diagnóstico da capacidade institucional, organizacional e de gestão dos projetos.

Foi analisado e tabulado os dados contidos em um Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar que identifica a situação de cada família e propriedade a época da implantação do programa em 2015. Isso foi realizado em visitas com entrevistas aos membros da família e armazenados no banco de dados do MDA e Emater, considerando aspectos do trabalho familiar, patrimônio, atividades produtivas, renda, aspectos ambientais, infraestrutura, acesso ao mercado, acesso a serviços e políticas públicas, carências e potencialidades sociais e produtivas, relações de trabalho da família rural e da UPF, mão de obra disponível e/ou prestação de serviços por parte da família, perfil da participação de mulheres e jovens na produção, necessidades e desejos da família, formação da renda familiar global, renda fora da propriedade e algum dimensionamento aproximado da renda não monetária. Esse diagnóstico foi realizado a cada ano de duração do programa e atualizado em setembro 2022. (Anexo)

Tem-se também um Plano Produtivo, Econômico e Ambiental da Unidade de Produção Familiar revisado a cada ano envolvendo toda a família, cujo objetivo foi a construção com cada beneficiário de um conjunto de atividades e práticas individuais coerentes e convergentes com o planejamento comunitário, de forma que as atividades coletivas e individuais fossem complementares entre si e que os projetos individuais e coletivos tivessem sinergia, constando no plano atividades geradoras de renda a serem desenvolvidas pelos integrantes da UPF, atividades produtivas economicamente viáveis para mulheres, tecnologias adequadas à realidade local da UPF à época e ao perfil do público a ser beneficiado. Além de alinhados com a PNATER, promovendo a transição agroecológica e a menor dependência de insumos externos na propriedade, orientações técnicas para cada atividade desenvolvida, cronograma de execução e relação de instrumentos para viabilização das atividades propostas. (Anexo)

Esses planos foram e ainda são subsídios para produtos específicos, tais como: projetos de investimento em crédito rural, planos de manejo, uso dos recursos naturais.

Por fim, relatórios pormenorizados das visitas técnicas e acompanhamento da UPF que colocou prioritariamente o Plano Produtivo, Econômico e Ambiental da UPF em ação, assessorando e orientando tecnicamente para o desenvolvimento produtivo e econômico com a participação de homens, mulheres, jovens e idosos durante as visitas técnicas.

Foram visitadas as áreas de produção, instalações e estruturas produtivas, onde os beneficiários foram estimulados a se expressarem sobre os problemas enfrentados, as experimentações realizadas para resolver os problemas e a visão de futuro alcançada, ou seja, as perspectivas de melhoria na qualidade de vida e de renda com o desenvolvimento das atividades praticadas.

Todas essas atividades utilizaram formulário modelo fornecido pelo MDA (Anexo G, H, I) e o acervo de dados estão disponíveis em forma física nas Unidades Locais da Emater do município e de forma digital na plataforma do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SIATER), hoje embarcado pelo Ministério da Agricultura, sendo facultado as duas formas de acesso para essa avaliação, porém com a mudança de plataforma muitos dados digitalizados ficaram inacessíveis.

4.1 Técnicas de coleta, organização, interpretação e apresentação dos dados.

Foi uma amostragem não probabilística, intencionalmente por conveniência, tendo em vista a participação ativa do autor desse trabalho nas ações desenvolvidas durante todo período de execução do Programa no município, adquirindo um conhecimento considerável da região, famílias e as Unidades de Produção Familiar (UPF's). Os dados foram atualizados e comparados com os já existentes do período de execução do programa

4.2 Caracterização da pesquisa

O trabalho de pesquisa apresenta quanto a sua natureza a finalidade de ser aplicada, pois procura gerar conhecimentos para aplicações práticas com o objetivo de subsidiar soluções de problemas específicos.

Quanto a abordagem, é qualitativa e quantitativa, porque empregará tanto a quantificação de dados com técnicas estatísticas, quanto a interpretação dos fenômenos observados e

no significado que carregam, ou no significado atribuído pelo pesquisador, dada a realidade em que os fenômenos estão inseridos e considerando a realidade e a particularidade de cada sujeito objeto da pesquisa.

Quanto ao objetivo, este se caracteriza como explicativo pois visa identificar os fatores que determinam fenômenos e explicar os porquês das coisas. Segundo Gil (2007, p. 43), uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de uma pesquisa descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que esteja suficientemente descrito e detalhado como em caso de descrição de características de populações ou fenômenos e de correlação entre variáveis.

Quanto aos procedimentos, técnicas ou tipos de pesquisa será uma Pesquisa Participante e também uma Pesquisa *ex-post-facto* já que os dados serão coletados após execução do programa.

5 DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA

Os municípios selecionados para execução do programa, possuem suas economias lastreadas na agropecuária, com destaque na bovinocultura de leite, milho, feijão, olerícolas, soja e a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção desses produtos nos municípios, além de contribuir com a produção de *commodities*. A ATER pública, através da Emater, está presente em todos os municípios supra relacionados, com técnicos e técnicas capacitados na transferência de tecnologias sustentáveis, mas mesmo assim a quantidade de produtores familiares e suas demandas são acima da capacidade de atendimento pelas Unidades Locais da Emater. Muitas vezes possui apenas um técnico no município, assim sendo, os agricultores familiares ainda estão carentes de assistência técnica e extensão rural em quantidade, mesmo a Emater estando presente nesses municípios. É importante frisar que a Assistência Técnica particular, quando há no município, compromete o orçamento dessas famílias. Em conjunto com a defasagem de técnicos da ATER pública para atendimento, outro critério de escolha foi o percentual maior de DAP's ativas no sistema Dapweb do Ministério e Desenvolvimento Agrário (MDA) nesses municípios.

O Programa contribuirá sensivelmente pelo aporte de técnicos de outras regionais com o atendimento e o desenvolvimento dessas 100 famílias selecionadas, gerando economia e desenvolvimento de forma sustentável e ambientalmente correta na busca de soluções imediatas,

a médio e longo prazo, com a assistência técnica, extensão rural, através de capacitações, fortalecimento dos sistemas diversificados de produção, valorizando experiências agroecológicas, levando em consideração os saberes locais.

Nesse contexto a EMATER se apresenta como principal alternativa no desenvolvimento sustentável das Unidades de Produção Familiar nos municípios selecionados, agindo como precursor da transformação do meio rural, capacitando às famílias rurais, organizando a produção, agente facilitador do crédito e acesso às Políticas Públicas. Quanto à sustentabilidade, o importante é que os processos produtivos, aliado às políticas públicas, consigam criar as condições de melhoria na qualidade de vida; portanto, o que se busca é a Produção de Alimentos para Segurança Alimentar e Nutricional, Organização da Produção para Comercialização, e Agregação de Valor, visando o fortalecimento do capital humano e do capital social.

Outrossim, com uma ATER de qualidade, fica mais factível acessar outras políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, o Programa de Aquisição Direta da Agricultura Familiar - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE que garantem renda por meio de aquisição direta dos alimentos pelo poder público.

Tabela 2 - População, Domicílios Rurais, Índice de Desenvolvimento Humano e Propriedades Rurais dos municípios.

<u>LOTE</u>	<u>MUNICÍPIO</u>	<u>Densidade Demográfica 2010</u>	<u>População Rural 2007</u>	<u>Domicílios Rurais 2010</u>	<u>IDHM 2000</u>
	<u>Bela Vista de Goiás</u>	<u>19,56</u>	<u>6.319</u>	<u>2.298</u>	<u>0,74</u>
	<u>Caldazinha</u>	<u>13,25</u>	<u>1.418</u>	<u>465</u>	<u>0,74</u>
	<u>Campo Alegre de Goiás</u>	<u>2,46</u>	<u>1.607</u>	<u>532</u>	<u>0,80</u>
	<u>Catalão</u>	<u>22,67</u>	<u>5.411</u>	<u>1.950</u>	<u>0,82</u>
	<u>Ipameri</u>	<u>5,66</u>	<u>3.566</u>	<u>1.190</u>	<u>0,76</u>
	<u>Luziânia</u>	<u>44,06</u>	<u>-</u>	<u>3.612</u>	<u>0,76</u>
<u>16</u>	<u>Morrinhos</u>	<u>14,57</u>	<u>5.746</u>	<u>1.954</u>	<u>0,81</u>
	<u>Orizona</u>	<u>7,25</u>	<u>6.707</u>	<u>2.162</u>	<u>0,77</u>
	<u>Piracanjuba</u>	<u>9,99</u>	<u>6.558</u>	<u>2.288</u>	<u>0,76</u>
	<u>Pires do Rio</u>	<u>26,80</u>	<u>1.826</u>	<u>518</u>	<u>0,79</u>
	<u>São Miguel do Passa Quatro</u>	<u>6,99</u>	<u>1.810</u>	<u>548</u>	<u>0,77</u>
	<u>Silvânia</u>	<u>8,14</u>	<u>6.502</u>	<u>2.158</u>	<u>0,77</u>
	<u>Vianópolis</u>	<u>13,15</u>	<u>3.082</u>	<u>1.051</u>	<u>0,78</u>
	<u>Total</u>	<u>-</u>	<u>50.752</u>	<u>20.726</u>	<u>-</u>

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

6 DESENHO DA POLÍTICA

Trata-se de uma política pública focalizada, como mencionado anteriormente, majoritariamente, nos municípios com maior número de agricultores familiares com DAP's ativas cadastradas no sistema do MDA. Uma grande demanda da ATER pública e gratuita, atendeu apenas parte do que precisava, pois vários produtores não se enquadraram nos critérios estabelecidos relativos a valores de renda bruta anual que foi definido por normativas do Ministério de Desenvolvimento Agrário no primeiro momento na faixa de 2 até 10 salários mínimos e o número de 100 a 200 famílias por município em grupos de 20 por comunidade.






Nas reuniões de apresentação do programa no município de Campo Alegre de Goiás se observou interesse e expectativa por parte dos agricultores selecionados na execução do programa tendo em vista a carência de técnicos no município.

Pode se inferir com isso o modelo lógico da política na descrição da “Proposta Técnica de Assistência Técnica e Extensão Rural para Promoção da Agricultura Familiar Sustentável – Lote 16” consolidada no contrato assinado entre o Ministério de Desenvolvimento Agrário e a Emater.

A hipótese principal desse modelo é que, com os insumos/recursos disponibilizados para o processo de prestação de assistência técnica e extensão rural os produtos de capacitação levem os agricultores à adotar as tecnologias de produção e manejo, a prática de métodos gerenciais de gestão administrativa, aumento do nível de conscientização com relação aos direitos e deveres do cidadão e comprometimento nas questões de preservação do Meio Ambiente, impactado com o incremento da produtividade e renda das famílias e elevação de suas condições socioeconômicas.

A teoria do programa mostra que a natureza do problema da falta de assistência técnica e extensão rural de qualidade e em quantidade, justifica o tipo de política pública adotada. Os recursos disponibilizados são suficientes para execução das atividades e que essas atividades são adequadas e podem gerar os produtos necessários que darão origem aos impactos esperados na intervenção, o que é o objetivo da política.

Figura 2 - Modelo lógico

Insumos 	Recurso orçamentário consignados no Orçamento geral da União no valor de CR\$ 5.187.433,13. Equipe técnica da Emater, veículos, material técnico, mantimentos/refeições, material de escritório, computadores, GPS's.
Processos 	Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural para promoção da Agricultura Sustentável, elaboração de diagnóstico da situação da unidade familiar e de projeto de estruturação produtiva. E valorização e validação dos saberes locais.
Produtos 	Oficinas, cursos de capacitação, visitas técnicas, reuniões, planos elaborados, famílias selecionadas, seminários, encontros.
Resultados 	Adoção de tecnologias de produção e manejo, pratica de métodos de gestão administrativa, aumento do nível de conscientização dos produtores (as) com relação aos direitos e deveres do cidadão e comprometimento nas questões de preservação do Meio Ambiente.
Impactos 	Aumento da produtividade, aumento da receita líquida, aumento da qualidade do padrão de vida e auto estima dos agricultores.

Fonte: Autor

7 IMPLANTAÇÃO

Atendendo o objeto da Chamada Pública SAF-ATER nº 10/012, referente ao lote 16, do município de Campo Alegre de Goiás sobre a temática dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para Promoção da Agricultura Familiar Sustentável, a EMATER desenvolveu um conjunto de ações tecnológicas e metodológicas visando o alcance das atividades definidas.

Ao iniciar a implementação deste projeto, fez-se necessário deixar claro o fundamento pedagógico que orientou as ações de ATER da EMATER-Goiás, ou seja, o entendimento a respeito de ATER e sua relação com a participação, a capacitação, a experientiação e a sistematização do saber coletivo. Segundo essa concepção, se rompeu com a ideia de uma ATER que se baseia apenas em levar conhecimentos técnicos aos agricultores e agricultoras. Uma formulação de cunho positivista típica da educação bancária, criticada pelo mestre Paulo Freire

na sua obra *Pedagogia do Oprimido*, felizmente superada na concepção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER.

O serviço executado implantou a PNATER num processo horizontal, onde participaram as famílias dos agricultores, técnicos e técnicas, com valorização de gênero e geração. Neste sentido, formou-se um corpo de extensionistas agentes e assessores técnicos, o que respeitou e valorizou o saber coletivo e promoveu a participação efetiva das famílias dos agricultores e agricultoras familiares, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento e à inclusão de mulheres, jovens e idosos nos processos produtivos vigentes e na comunicação das experiências e conhecimentos inovadores entre os membros das famílias.

As ações tiveram como finalidade organizar as famílias rurais a partir das potencialidades e dos acúmulos das experiências, incentivando a organização dessas famílias através do cooperativismo/associativismo como instrumento estratégico para o desenvolvimento dos processos de estruturação produtiva diversificada, agregação de valor através da agro industrialização e comercialização, respeitando o meio ambiente na busca das sustentabilidades dessas ações.

Tabela: 3 Atividades Executadas no Programa

ATIVIDADES	
1	Mobilização do Público Beneficiário
2	Seleção das Famílias
3	Diagnostico Rápido Participativo - DRP
4	Caracterização da Unidade de Produção Familiar – Marco Zero
5	Planejamento Comunitário
6	Plano Produtivo ,Econômico e Ambiental da Unidade de Produção Familiar
7	Acompanhamento e Orientação Técnica
8	Atualização de diagnostico
9	Avaliação Intermediaria
10	Avaliação Final

Fonte: Autor

Todas as atividades foram realizadas com base em metodologias participativas, tendo sido iniciadas com nivelamento dos técnicos e técnicas dentro dos princípios da PNATER e das concepções que originaram a Chamada Pública. Outras demandas que surgiram por parte dos agricultores e agricultoras familiares foram incorporadas no percurso das atividades, onde os

técnicos e técnicas tiveram a responsabilidade de responder a essas necessidades da agricultura familiar.

TABELA 4 – Cronograma Físico de Atividades anos 01, 02 e 03

2015

ESPECIFICAÇÃO	Quant.	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
1 - MOBILIZAÇÃO	02				02								
2 - SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS	100				40	60							
3 - DRP	05					05							
4 - PERFIL INDIVIDUAL DA UPF	100					30	35	35					
5 - PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO	05					05							
6 - VISITA DO PLANO INDIVIDUAL	100					40	40	20					
7 - VISITA DE ACOMPANHAMENTO	100								30	40	30		
8 - ATIVIDADE COLETIVA 1º ANO	05											05	
9 - AVALIAÇÃO 1º ANO	05												05

2016

ESPECIFICAÇÃO	Quant.	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
10 - VISITA DE ATUALIZAÇÃO	100			30	40	30							
11 - ATIVIDADE COLETIVA 2º ANO	05											05	
12 - ATIVIDADES SELECIONAVEIS INDIVUAIS 01 HORA	100	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10		
13 - ATIVIDADES SELECIONAVEIS INDIVIDUAIS 02 HORAS	100	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10		
14 - ATIVIDADES SELECIONAVEIS INDIVIDUAIS 03 HORAS	100	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10		
15 - ATIVIDADES SELECIONAVEIS COLETIVAS 04 HORAS	05												05
16 - ATIVIDADES SELECIONAVEIS COLETIVAS 08 HORAS	05											05	
17 - ATIVIDADES SELECIONAVEIS COLETIVAS 16 HORAS	05										05		

2017

ESPECIFICAÇÃO	Quant.	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
18 - VISITA DE ATUALIZAÇÃO	100			40	40	20							
19 - AVALIAÇÃO FINAL	05												05
20 - ATIVIDADES SELECIONAVEIS INDIVUAIS 01 HORA	100	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10		
21 - ATIVIDADES SELECIONAVEIS INDIVIDUAIS 02 HORAS	100	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10		
22 - ATIVIDADES SELECIONAVEIS INDIVIDUAIS 03 HORAS	100	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10		
23 - ATIVIDADES SELECIONAVEIS COLETIVAS 04 HORAS	05											05	
24 - ATIVIDADES SELECIONAVEIS COLETIVAS 08 HORAS	05										05		
25 - ATIVIDADES SELECIONAVEIS COLETIVAS 16 HORAS	05									05			

Fonte: Emater

7.1 Descrição das atividades implantadas

7.1.1 Atividade coletiva – Mobilização do público beneficiário

A mobilização do público beneficiário inicialmente se deu através de reuniões de mobilizações com as representações dos agricultores e agricultoras familiares em suas comunidades, reuniões com o poder público municipal, organizações formais e não formais ligadas ao meio rural, agentes financeiros, dentre outros que tenham relações e poderiam contribuir na mobilização do público beneficiário.

Nessas reuniões foi apresentado o projeto de forma que todos tivessem ciência do assunto como forma de estabelecer estratégias operacionais para o desenvolvimento das ações do projeto onde se procurou elaborar um calendário de execução das atividades e também compor um grupo para o acompanhamento da execução do projeto, tornando-os assim como parte integrante na execução do mesmo, contribuindo metodologicamente no levantamento dos principais problemas de ordem socioeconômica e ambiental vividos no meio rural pela agricultura familiar, o que subsidiou a elaboração da estratégia de atuação, principalmente na fase de levantamento de dados a campo.

Foram realizadas duas reuniões oficiais de mobilização com todas as representações de produtores, agentes financeiros e autoridades no Clube Municipal de Campo Alegre em 20 de março de 2015 que teve a duração de 4 horas cada. Foram duas reuniões com a mesma pauta em períodos diferente devido a agenda dos participantes.(Foto anexo).

7.1.2 Atividade individual – Seleção das Famílias- ano 1

Na seleção das famílias que foram atendidas pela Emater realizou-se de início uma reunião com as entidades parceiras ligadas a Agricultura Familiar - Sindicato dos trabalhadores Rurais, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável-CMDRS, e Secretaria Municipal de Agricultura - do município, com o intuito de informar os objetivos do projeto, apresentar a lista de beneficiários que tinham o perfil da chamada pública, lista a ser enviada pelo MDA, com renda entre 02 a 10 salários mínimos conforme informação da DAP válida, nivelar as informações sobre estas famílias que as entidades tinham e planejar a seleção das famílias a serem atendidas, proporcionando assim uma forma democrática e participativa nesta seleção.

O trabalho de identificação e seleção das famílias prioritárias para atendimento com a participação das entidades parceiras contou com o banco de dados próprio dos cadastros para emissão de DAP's, listas de agricultores e agricultoras atendidos/as em contratos/convênios e dos parceiros (CMDRS, Sindicato, Secretaria Municipal de Agricultura), para averiguação do percentual de famílias que poderiam ser efetivamente beneficiadas e o agrupamento em comunidades vizinhas, de modo a evitar que, existindo famílias vizinhas beneficiadas, uma seja atendida e outra não e também possibilitar racionalização do trabalho de acompanhamento das famílias e da oferta de políticas sociais e de comercialização, entre outras.

O instrumento para a realização desta atividade foi a estrutura da Unidade Local da Emater de Campo Alegre de Goiás, apoio logístico da Coordenação Regional e coordenação do programa.

7.1.3 Atividade coletiva – Diagnóstico Rural Participativo (DRP).

O Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar (UPF) teve como objetivo identificar a situação atual, considerando aspectos do trabalho familiar, patrimônio, atividades produtivas, renda, aspectos ambientais, infraestrutura, acesso ao mercado e aos programas públicos, carências e potencialidades sociais e produtivas que subsidiou todas as ações de ATER.

Foram realizadas oficinas nas comunidades para o Diagnóstico das Unidades de Produção Familiar-UPF's, sendo utilizadas metodologias adaptadas do Diagnóstico Rural Participativo (VERDEJO, 2006) para conhecer a realidade das famílias da chamada pública, como: Mapa da propriedade, entrevista semiestruturada, calendários e fluxograma da UPF.

Cada oficina teve duração mínima de 08 (oito) horas sendo permitido o mínimo de 16 e o máximo de 24 famílias participantes, com agenda previamente estabelecida, e foi o momento de facilitação para os atores e atrizes das unidades, incluindo jovens e idosos, juntamente com técnicos e técnicas que trataram de vários temas, tais como:

- Caracterização dos sistemas produtivos da comunidade, buscando inclusive experiências positivas locais;
- Caracterização do agro ecossistema e suas tipologias;
- Levantamento de questões críticas nas diferentes dimensões: econômica/produção, ambiental, social, cultural, organizativo;
- Levantamento da situação quanto ao uso de insumos químicos, uso de recursos hídricos, solo e recursos naturais da localidade;

- Identificação das políticas públicas existentes e potenciais;
- Identificação das relações sociais da comunidade/grupo quanto ao acesso a mercados e organizações econômicas;
- Priorização de problemas a serem enfrentados.

Identificou-se os pontos fortes e fracos das UPF's, sendo o espaço de reflexão sobre a necessidade de apontar para um planejamento da propriedade.

Elencou-se ações inovadoras de sistema de produção sustentáveis desenvolvidas pelos próprios agricultores e agricultoras que também foram levantadas e diagnosticadas de forma que possam ser referências, contribuindo para o processo de formulação de estratégias metodológicas a serem desenvolvidas durante o decorrer do projeto.

Após a sistematização das informações pela equipe técnica, foi feita a devolução do resultado do diagnóstico aos agricultores e agricultoras, com a realização de um seminário de âmbito municipal que permitiu a exposição e reflexão sobre os principais problemas identificados.

Como resultado do evento, foi formado grupos por afinidades para discussão dos problemas, aumentando a capacidade de reflexão das condições de vida no meio rural e fortalecimento das habilidades de ação dos agricultores e agricultoras frente aos desafios de mudança de bases tecnológicas de produção.

Após a realização dos diagnósticos, os dados foram sistematizados e elaborados documentos em meio eletrônico, utilizando softwares e equipamentos indicados pelo MDA.

7.1.4 Atividade individual - Caracterização da Unidade de Produção Familiar (marco zero) – 1º ano

Esta atividade constou de visita técnica que teve duração de 04 horas e aconteceu diretamente na UPF onde foi colhido o ponto georreferenciado via GPS, tendo como objetivo o levantamento da situação atual da Unidade de Produção Familiar – UPF, a Emater utilizou formulário modelo fornecido pelo MDA, e algumas ferramentas metodológicas adaptadas do DRP, sendo entrevistas, caminhadas, calendários, fluxogramas, entre outros, com o objetivo de identificar a situação e atuação da UPF.

Os principais campos para a caracterização do perfil da UPF foram:

- Condição de posse da terra – proprietário, arrendatário, etc.;
- A demarcação do uso da terra utilizando croquis;

- Relações de trabalho da família rural e da UPF – mão de obra disponível da UPF e/ou prestação de serviços por parte da família;
- Informações da família e seus membros;
- Caracterização da UPF e de seus sistemas produtivos (consumo e comercial), inclusive uma forma simples de dimensionamento de receita e custos de produção;
- Disponibilidade de infraestrutura da UPS (bens, equipamentos e serviços disponíveis);
- Perfil quanto ao uso de insumos e tecnologia de produção, relações externas (mercado, associações, sindicatos, etc.);
- Acesso da família a fontes de recursos – financiamentos, recursos próprios, etc;
- Perfil da participação de mulheres e jovens na UPF;
- Disponibilidade e acesso a políticas e serviços públicos;
- Necessidades e desejos da família;
- Formação da renda familiar – renda global da família, da UPF (explorações) monetárias, renda fora da UPF, algum dimensionamento aproximado da renda não monetária.

Nesta visita foi solicitada a participação de todos os membros da família, considerando os aspectos de gênero, geração de renda, raça/etnia. Foi utilizado nessa ação formulário fornecido pelo MDA disponibilizado no documento impresso do projeto de estruturação da UPF para a família beneficiada.

7.1.5 Atividade coletiva – Planejamento Comunitário – Ano 1

Esta atividade foi executada através de oficina, com duração de 08 horas, e a regra de participação de no mínimo 16 e no máximo 24 famílias, onde foi apresentado para as famílias as possibilidades de utilização das atividades obrigatórias de composição variável e para que cada grupo discutisse e encontrasse a composição, as quantidades e a distribuição destas durante os três anos do projeto da forma mais adequada à comunidade, apresentando também as demais atividades obrigatórias de composição não variável para o planejamento da execução destas, de forma a planejar o cronograma de execução completo do contrato.

Foi elaborado um Plano de Desenvolvimento Comunitário, com a plena participação dos Beneficiários, possibilitando a organização das ações comunitárias na superação dos desafios identificados, considerando as condições de vida que se pretende produzir/alcançar localmente nos 03 (três) anos de vigência do projeto.

A Emater, após o planejamento comunitário, sistematizou as informações e elaborou um cronograma com as atividades a serem executadas, o que foi apresentado como cronograma de atividades ao MDA.

Foi também elaborado um relatório consolidado da atividade de “Planejamento Comunitário” em meio físico e eletrônico, indicando os métodos, ferramentas, sequência, quantidade e cronograma de execução de cada uma das atividades a serem executadas no lote 16, detalhado também por comunidade, incluindo as atividades de caráter compulsório e as selecionáveis, o que será analisado pelo MDA para aprovação do cronograma das atividades selecionáveis.

A Emater disponibilizou o resumo do referido relatório em linguagem simples e em formato adequado a todas as famílias beneficiadas.

Para realização da atividade a Emater utilizou instrumentos didático-pedagógicos como: Datashow, vídeos, papel cartaz, pincéis, construção da ferramenta FOFA e matriz de priorização dos problemas, além veículo e combustíveis disponíveis nas Unidades Locais da Emater.

7.1.6 Atividade individual – Plano Produtivo, Econômico e Ambiental da Unidade de Produção Familiar – Ano 1.

O Plano Produtivo, Econômico e Ambiental da UPF, foi realizado em cada UPF, envolvendo toda a família, utilizando formulário, modelo fornecido pelo MDA, e teve como objetivo a construção com cada beneficiário de um conjunto de atividades e práticas individuais coerentes e convergentes com o planejamento comunitário, de forma que as atividades coletivas e individuais sejam complementares entre si e que os projetos individuais e coletivos tenham sinergia.

O plano contém: atividades geradoras de renda a serem desenvolvidas pelos integrantes da UPF; atividades produtivas, economicamente viáveis para mulheres; tecnologias adequadas à realidade local da UPF e ao perfil do público beneficiado além de alinhados com a PNATE, promovendo a transição agroecológica e a menor dependência de insumos externos à propriedade; orientações técnicas para cada atividade desenvolvida; e cronograma de execução e relação de instrumentos para viabilização das atividades propostas.

Estes planos servem de subsídios para produtos específicos tais como: projetos de crédito, planos de manejo, uso dos recursos naturais e outros de acordo com a regulamentação dos órgãos competentes.

Para elaboração dos planos, foram realizadas visitas com duração de 03 (três) horas às famílias beneficiárias utilizando os veículos e combustível disponíveis nas Unidades Locais da Emater e materiais de escritório para elaboração do Plano Produtivo e Ambiental da UPF.

Os/as beneficiários/as foram incentivados/as a fornecer as informações necessárias para elaboração dos planos de acordo com as suas expectativas e a realidade local, resgatando o Diagnóstico da UPF e utilizando algumas ferramentas adaptadas do DRP (VERDEJO, 2006) para subsidiar a tomada de decisões (matriz de comercialização; matriz de priorização de problemas e matriz de cenário de alternativas).

Após a realização dos Plano Produtivo, Econômico e Ambiental da UPF, os dados foram sistematizados e elaborados documentos em meio eletrônico, utilizando softwares e equipamentos indicados pelo MDA.

7.1.7 Atividade individual - Acompanhamento da UPF – Ano 1

Os acompanhamentos e orientações técnicas proporcionaram momentos de conhecimento, aprendizado e reflexão sobre a realidade econômica, ambiental e social da família, priorizando o Plano Produtivo, Econômico e Ambiental da UPF, onde o agente de ATER tem o papel de promover uma relação de participação levando informações, assessorando e orientando tecnicamente para o desenvolvimento produtivo e econômico. Ressalta-se a importância da participação de homens, mulheres, jovens e idosos durante as visitas técnicas.

As visitas tiveram duração de 02 (duas horas), no mínimo, a cada família beneficiária, para realização do Acompanhamento e Orientação Técnica necessária ao desenvolvimento do Plano Produtivo, Econômico e Ambiental da UPF.

Foram visitadas áreas de produção, instalações e estruturas produtivas, onde os/as beneficiários/as foram estimulados/as a se expressarem sobre os problemas enfrentados, sobre as experimentações realizadas para resolver os problemas e a visão de futuro esperada, ou seja, as perspectivas de melhoria na qualidade de vida e de renda com o desenvolvimento das atividades praticadas.

Ao final das visitas, foi levantada a demanda dos/as beneficiários/as, de modo que pudessem estruturar conhecimentos que contribuam para obtenção de êxito com o desenvolvimento do Plano Produtivo, Econômico e Ambiental da UPF.

Após a realização dos acompanhamentos e orientações técnicas os dados foram sistematizados e elaborados documentos em meio eletrônico, utilizando softwares e equipamentos indicados pelo MDA.

7.1.8 Atividade coletiva – Ano 1: Temas definidos a partir das necessidades das UPF's.

Após análise do Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar e do Plano Produtivo, Econômico e Ambiental das UPF's, das famílias agrupadas em comunidades e vizinhanças, foram definidos temas que representavam as necessidades apresentadas. Definidos os temas, foram realizadas oficinas com duração de 04 (quatro) horas atendendo essas necessidades.

A demanda por participação em oficinas foi levantada através de consulta aos relatórios das visitas anteriormente realizadas de Acompanhamento e Orientação Técnica. Os beneficiários foram previamente mobilizados - seja através de contatos diretos, consulta a membros das famílias, ou contatos com líderes comunitários, etc. - para informação de datas, horários, e locais de realização das atividades.

As oficinas foram realizadas em sedes de associações comunitárias, escolas rurais, ou outro local em que foi possível abrigar o público participante, nas comunidades próximas às UPF das famílias beneficiárias, em datas e horários previamente acertados com as famílias. Foram facilitadores das oficinas extensionistas da Emater com reconhecida experiência no tema demandado, podendo ser ou não da equipe técnica de trabalho, ou mesmo profissionais convidados de entidades parceiras.

Nas oficinas foi acordado o número de 20 famílias participantes (com um mínimo de 16 e um máximo de 24 participantes por atividade), e que ao menos 30% dos participantes sejam do sexo feminino.

Foram fornecidos aos participantes todos os insumos necessários e específicos para a realização das atividades, inclusive alimentação.

Após a realização das oficinas, os dados foram sistematizados e elaborados documentos em meio eletrônico, utilizando softwares e equipamentos indicados pelo MDA.

7.1.9 Atividade coletiva – 1ª Avaliação Intermediária

A avaliação intermediária foi o momento de promover a troca das experiências vivenciadas durante a execução do projeto e apropriação de conhecimentos teóricos e práticos, avaliando a eficiência e eficácia dos serviços, dos índices de qualidade de vida e renda da UPF e do cumprimento do Plano Produtivo, Econômico e Ambiental das UPF's.

Foram realizadas reuniões de Avaliação Intermediária, com duração de 08 (oito) horas, para avaliação da qualidade dos serviços de ATER recebidos pelos beneficiários, utilizando modelo de formulário e orientações de avaliação fornecida pelo MDA, de forma a complementar os Planos Produtivos, Econômicos e Ambientais das Unidades de Produção Familiar, recomendando sua readequação quando necessário e apresentando os resultados alcançados pelas famílias no primeiro ano de atividades. As discussões constituíram momentos de diálogo aberto, onde a Equipe Técnica estimulou a livre expressão dos participantes nas reuniões, momento em que aconteceram as orientações e esclarecimento de dúvidas.

As reuniões com exposição dialogada e debates ocorreram em sedes de Associações Comunitárias, Escolas ou outro local que possa abrigar o público participante, nas comunidades próximas às UPF's das famílias beneficiárias, respeitando o agrupamento das famílias realizado durante a seleção, observando o número de 20 famílias, com um mínimo de 16 e um máximo de 24 famílias por reunião, e que ao menos 30% dos (as) participantes sejam do sexo feminino.

Ao final de cada reunião, no momento dos encaminhamentos, foram agendadas e esclarecidas as próximas ações que serão realizadas com a prestação dos serviços de ATER.

Os dados foram sistematizados e encaminhado ao MDA.

Foram fornecidos aos participantes todos os insumos necessários e específicos para a realização das atividades (alimentação, local adequado, material didático, transporte, e outros que se fizer necessário).

7.2 Atividade individual – 1ª Atualização do Perfil da UPF – Ano 2.

A atualização do Perfil da UPF estabeleceu o momento de atualização dos dados, acompanhamentos, orientações técnicas e reflexões de todas as ações, tanto no âmbito dos aspectos produtivos, de formação e assessoramento, como do organizativo e participativo. Estes dados foram fundamentais para análise juntamente com a família na tomada de decisões sobre

as correções que foram feitas no Plano Produtivo, Econômico e Ambiental da Unidade de Produção Familiar.

Foram realizadas visitas com duração de 03 (três) horas as UPF das famílias beneficiárias para Atualização do Perfil da UPF, acompanhamento e orientação técnica acerca das atividades desenvolvidas no Plano Produtivo, Econômico e Ambiental da Unidade de Produção Familiar e elaboração de laudo avaliando a execução do plano.

Foram visitadas áreas de produção, instalações e estruturas produtivas, onde os beneficiários se expressaram sobre os problemas enfrentados, sobre as experimentações realizadas para resolver estes problemas, e a visão de futuro esperada, ou seja, as perspectivas de melhoria na qualidade de vida e de renda com o desenvolvimento das atividades praticadas.

Nestas atividades serão utilizados materiais como: de escritório, computador, internet, veículo e combustíveis disponíveis nas Unidades locais da Emater-Goiás.

Após a realização das visitas os laudos e os dados foram sistematizados e elaborados documentos em meio eletrônico, utilizando softwares e equipamentos indicados pelo MDA.

7.2.1 Atividade coletiva – 2ª Avaliação Intermediária – Ano 2

A 2ª avaliação intermediária também promoveu a troca das experiências vivenciadas durante a execução do projeto e apropriação de conhecimentos teóricos e práticos, avaliou a eficiência e eficácia dos serviços, dos índices de qualidade de vida e renda da UPF e do cumprimento do Plano Produtivo, Econômico e Ambiental das UPF's no 2º ano e orientou o rumo para o 3º ano.

A Avaliação Intermediária, teve duração de 08 (oito) horas, para avaliação da qualidade dos serviços de ATER recebidos pelos beneficiários, utilizando modelo de formulário e orientações de avaliação fornecida pelo MDA, de forma a complementar os Planos Produtivos, Econômicos e Ambientais das Unidades de Produção Familiar, recomendando sua readequação quando necessário e apresentação dos resultados alcançados pelas famílias no primeiro ano de atividades.

Os dados foram sistematizados e encaminhado ao MDA.

7.2.2 Atividade individual – 2ª Acompanhamento da UPF com atualização do Perfil – Ano 3

O 2º acompanhamento e atualização do perfil da UPF, promoveu atualização dos dados e novas orientações técnicas e reflexão de todas as ações, tanto no âmbito dos aspectos produtivos, de formação e assessoramento, como do organizativo e participativo. Estes dados foram fundamentais para análise juntamente com a família e tomada de decisões sobre as correções que devem ser feitas no Plano Produtivo, Econômico e Ambiental da Unidade de Produção Familiar.

Foram realizadas visitas com duração de 03 (três) horas as UPF das famílias beneficiárias para Atualização do Perfil da UPF, acompanhamento e orientação técnica acerca das atividades desenvolvidas no Plano Produtivo, Econômico e Ambiental da Unidade de Produção Familiar e elaboração de laudo avaliando a execução do plano.

Após a realização das visitas os laudos e os dados foram sistematizados e elaborados documentos em meio eletrônico, utilizando softwares e equipamentos indicados pelo MDA.

7.2.3 Atividade coletiva - Avaliação final

A avaliação final teve por objetivo a socialização dos resultados do projeto com e para a comunidade, envolvendo os parceiros em geral, promovendo a troca e apropriação de conhecimentos teóricos e práticos, avaliação da eficiência e eficácia dos serviços, dos índices de qualidade de vida e renda da UPF e do cumprimento dos Planos Produtivos, Econômicos e Ambientais das Unidades de Produção Familiar e proposta de continuidade dos serviços.

Foram realizados encontros de Avaliação Final, com duração de 08 (oito) horas, para avaliação da qualidade dos serviços de ATER recebidos pelos/as beneficiários/as, utilizando modelo de formulário e orientações de avaliação fornecida pelo MDA, e apresentado os resultados alcançados pelas famílias durante a vigência do projeto.

As discussões serão momentos de diálogo aberto, onde a Equipe Técnica estimulará a livre expressão dos participantes nos encontros, momento em que acontecerão as orientações e esclarecimento de dúvidas.

Foram fornecidos aos participantes todos os insumos necessários e específicos para a realização das atividades (alimentação, local adequado, material didático, transporte e outros).

Nestes encontros foram usados materiais de escritório, máquinas fotográficas digitais para registro de vários momentos da atividade, computador, projetor de multimídia, quando possível tecnicamente, e veículo com combustível disponível na Unidade local da Emater.

Após a realização do encontro os formulários e dados foram sistematizados e elaborados documentos em meio eletrônico, utilizando softwares e equipamentos indicados pelo MDA.

8 GOVERNANÇA

O processo de monitoramento e avaliação foi coordenado institucionalmente pela Emater através da Gerência de Planejamento, pelo Coordenador e Assessores envolvidos na chamada pública, os quais serão responsáveis pela implementação das estratégias destinadas a realizar o acompanhamento das ações do projeto que foram utilizadas para intervir no decorrer das ações, corrigindo sua concepção, examinando de forma contínua os processos, produtos, resultados e os impactos das ações realizadas, permitindo identificar durante o processo os avanços e as dificuldades encontradas, buscando supera-las.

A avaliação aconteceu de forma múltipla integrada ao projeto e inclui registros sistemáticos, análise de indicadores, assim como avaliação qualitativa, das atividades desenvolvidas, através de questionários semiestruturados, que serão aplicados no decorrer da execução do projeto, nas atividades realizadas, bem como por meio de depoimentos, entrevistas, registros fotográficos e outros.

Como estratégias de monitoramento e avaliação podemos citar:

- Acompanhamento “*in loco*” das atividades desenvolvidas pelos técnicos de campo, através das visitas esporádicas e/ou programadas dos coordenadores e/ Assessores e fiscais do MDA;
- Reuniões de planejamento onde estarão presentes todos os técnicos, coordenadores e assessores;

A EMATER possui sistemas eletrônicos de planejamento, acompanhamento e controle (SIAC), que permite relatórios (anexos) nos mais diversos modelos, possibilitando maior controle gerencial das atividades programadas e desenvolvidas.

O monitoramento e a avaliação cumprem seu papel quando utilizados como instrumentos de reflexão, reelaboração e construção de um processo voltado para o desenvolvimento rural sustentável a partir dos conhecimentos acumulados pelos/as agricultores e agricultoras durante sua vida.

TABELA 05 – Atividades, Indicadores e Documentos

	Atividades	INDICADORES		Documentos
		Produto	Quantidade	
1	ATIVIDADE COLETIVA - Mobilização do Público Beneficiário	Oficinas	02	Relatório, lista de presenças, registro Fotográfico
2	ATIVIDADE INDIVIDUAL - Seleção das Famílias	Famílias selecionadas	100	Relação de Famílias
3	ATIVIDADE COLETIVA Diagnóstico Rápido Participativo	Oficinas	05	Relatório, lista de presenças, registro Fotográfico
4	ATIVIDADE INDIVIDUAL- Caracterização da UPF – marco zero (Ano 1)	Perfis UPF	100	Formulários Perfis preenchidos
5	ATIVIDADE COLETIVA - Planejamento Comunitário – Ano 1	Oficina	05	Relatório, lista de presenças, registro Fotográfico
6	ATIVIDADE INDIVIDUAL - Plano Produtivo, Econômico e Ambiental da Unidade de Produção Familiar – Ano 1	Planos Elaborados	100	Planos Elaborados
7	ATIVIDADE INDIVIDUAL 1º Acompanhamento e Orientação Técnica – Ano 1	VISITAS	100	Formulário de Assessoramento; Sistema de Avaliação e Controle - SIAC
8	ATIVIDADE COLETIVA – Temas definidos a partir das necessidades das UPF's	Oficina	05	Relatório, lista de presenças, registro Fotográfico
9	ATIVIDADE COLETIVA - Avaliação Intermediária 1º ano	Reunião	05	Relatório, lista de presenças, registro Fotográfico
10	ATIVIDADE INDIVIDUAL Acompanhamento e Orientação Técnica	Visita	100	Formulário de Assessoramento; Sistema de Avaliação e Controle - SIAC
11	ATIVIDADE COLETIVA Avaliação Intermediária 2º ano	Reunião	05	Relatório, lista de presenças, registro Fotográfico
12	ATIVIDADE INDIVIDUAL SELECIONAVEIS INDIVUAIS 01 HORA	Visita	100	Formulário de Assessoramento; Sistema de Avaliação e Controle - SIAC
13	ATIVIDADE INDIVIDUAL SELECIONAVEIS INDIVUAIS 02 HORAS	Visita	100	Formulário de Assessoramento; Sistema de Avaliação e Controle - SIAC
14	ATIVIDADE INDIVIDUAL SELECIONAVEIS INDIVUAIS 03 HORAS	Visita	100	Formulário de Assessoramento; Sistema de Avaliação e Controle - SIAC
15	ATIVIDADE COLETIVA SELECIONAVEIS INDIVUAIS 04 HORAS	Oficina	05	Relatório, lista de presenças, registro Fotográfico
16	ATIVIDADES SELECIONAVEIS COLETIVAS 08 HORAS	Oficina	05	Relatório, lista de presenças, registro Fotográfico
17	ATIVIDADES SELECIONAVEIS COLETIVAS 16 HORAS	Intercâmbio	05	Relatório, lista de presenças, registro Fotográfico

18	VISITA DE ATUALIZAÇÃO	Visita	100	Formulário de Assessoramento; Sistema de Avaliação e Controle - SIAC
19	ATIVIDADE COLETIVA Avaliação Final 3º ANO	Reunião	05	Relatório, lista de presenças, registro Fotográfico
20	ATIVIDADES SELECIONAVEIS INDIVUAIS 01 HORAS	Visita	100	Formulário de Assessoramento; Sistema de Avaliação e Controle - SIAC
21	ATIVIDADES SELECIONAVEIS INDIVIDUAIS 02 HORAS	Visita	100	Formulário de Assessoramento; Sistema de Avaliação e Controle - SIAC
22	ATIVIDADES SELECIONAVEIS INDIVIDUAIS 03 HORAS	Visita	100	Formulário de Assessoramento; Sistema de Avaliação e Controle - SIAC
23	ATIVIDADES SELECIONAVEIS COLETIVAS 04 HORAS	Oficina	05	Relatório, lista de presenças, registro Fotográfico
24	ATIVIDADES SELECIONAVEIS COLETIVAS 08 HORAS	Oficina	05	Relatório, lista de presenças, registro Fotográfico
25	ATIVIDADES SELECIONAVEIS COLETIVAS 16 HORAS	Intercâmbio	05	Relatório, lista de presenças, registro Fotográfico

Fonte: Emater

Enfim todos os princípios de governança pública previstos no Art. 3º do Decreto nº 9.203/2017 relativos à capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, responsabilidade e transparência foram observados na íntegra.

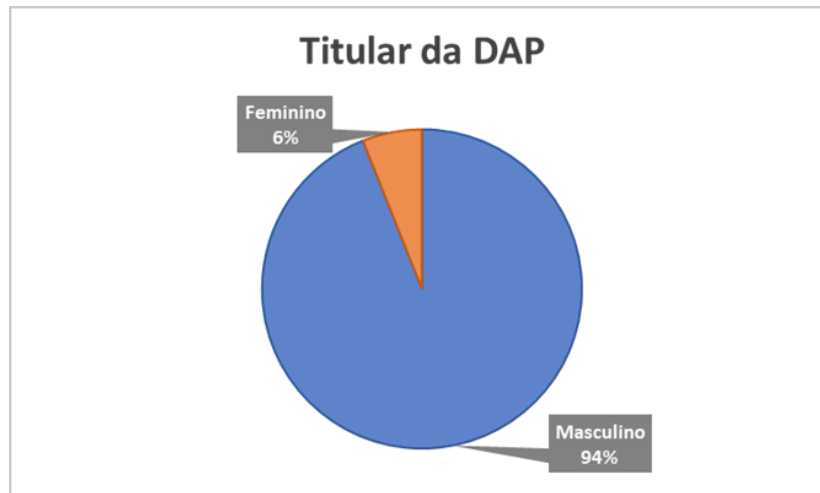
A estrutura de governança contribuiu para atuação dos atores envolvidos com a política pública definindo as competências e responsabilidades de maneira clara e objetiva, bem como da articulação das instituições e dos processos da política pública e também permitiu a participação social em todas as etapas da execução, além de assegurar todas as condições para executá-las.

9 RESULTADOS

A avaliação proposta nesse projeto de pesquisa/avaliação foi feita no município de Campo Alegre de Goiás com um total de 83 famílias restantes do grupo original de 100 famílias haja visto o falecimento, aposentadoria da atividade e venda do imóvel por motivo de doença de 17 produtores. Divididas em 5 grupos distribuídos por 5 comunidades: Paulista, Paulista/Sesmaria, Conceição/Boa Vista, Calça/Soledade e Rancharia.

Na parte de resultados, espera-se que o exame dos indicadores qualitativos e da análise observacional dos indicadores quantitativos de resultados funcionem como parâmetros de acompanhamento e avaliação do programa e do impacto gerado para os beneficiários.

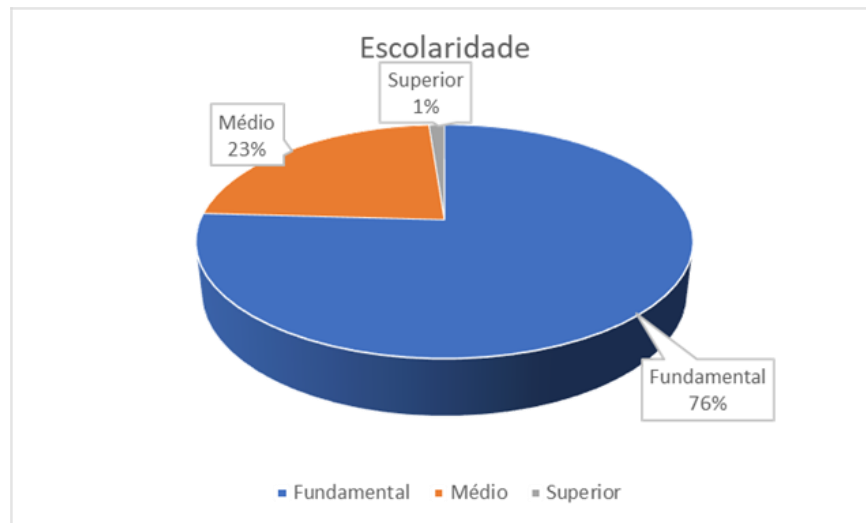
Gráfico 1 – Titularidade na Declaração de Aptidão ao Pronaf



Fonte: Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar –Emater.

A titularidade nas Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) em termos legais são igualitárias entre os cônjuges, sendo primeiro titular e segundo titular, mas via de regra, nas declarações, o nome do cônjuge masculino predominantemente aparece como primeiro titular. Esse fato se dá em grande parte pela exigência de o agente financeiro exigir que o titular da DAP que pleiteia algum financiamento seja masculino. Porém a participação feminina na gestão da Unidade Produção Familiar é praticamente igualitária.

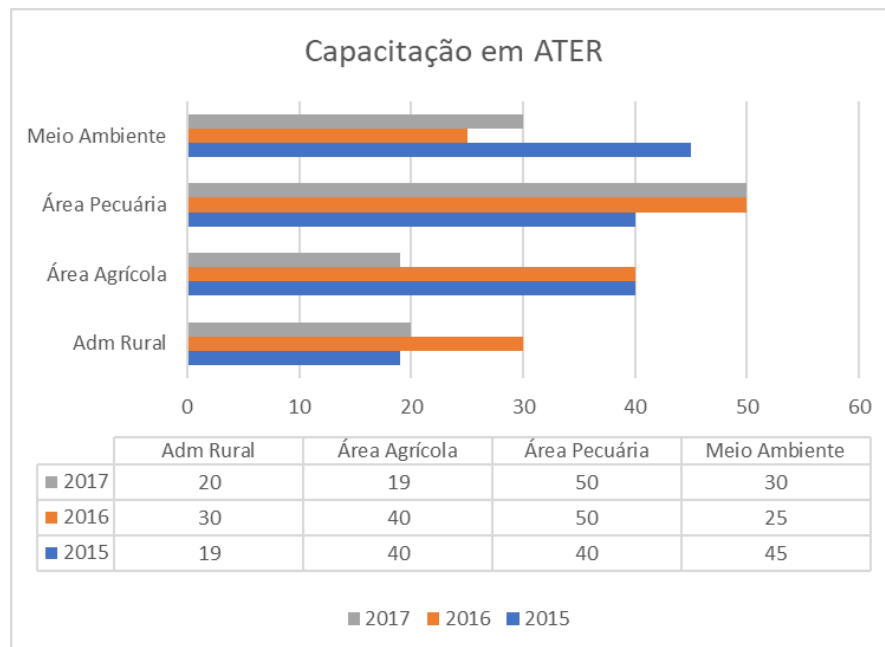
Gráfico 2 – Escolaridade.



Fonte: Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar -Emater.

Esses valores são referentes aos membros sêniores da família, os jovens na maioria frequentam as escolas na sede do município completando o ensino médio e buscando instrução de nível superior em outros municípios próximos.

Gráfico 3 – Cursos e treinamentos de capacitação – quantidade de produtores capacitados

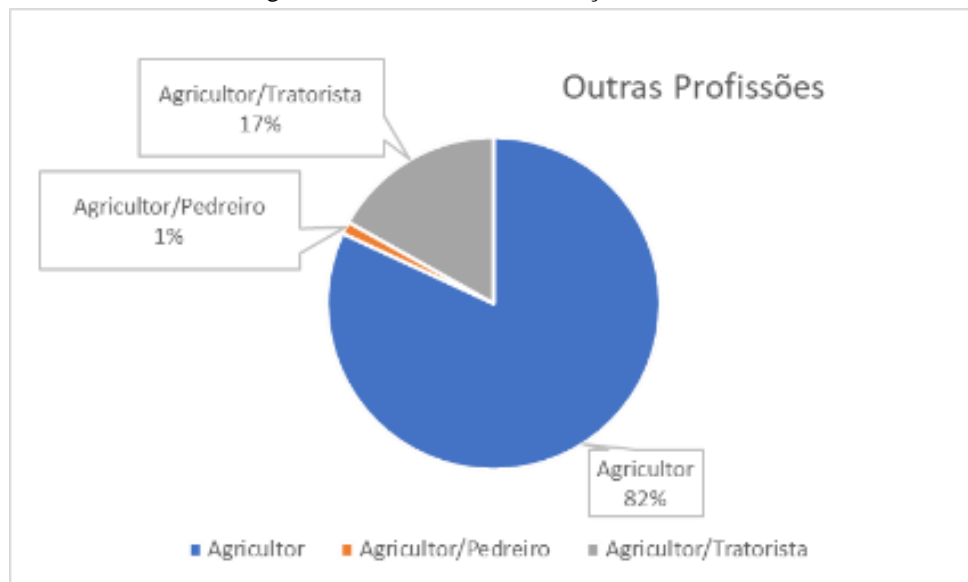


Fonte: Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar –Emater.

No transcorrer do programa foram ofertados cursos de capacitação, com destaque a bovinocultura de leite, produção de forragens, pastagens, olericultura, compostagem, conservação de solo, proteção de nascentes e meio ambiente. Os números são referentes a quantidade de

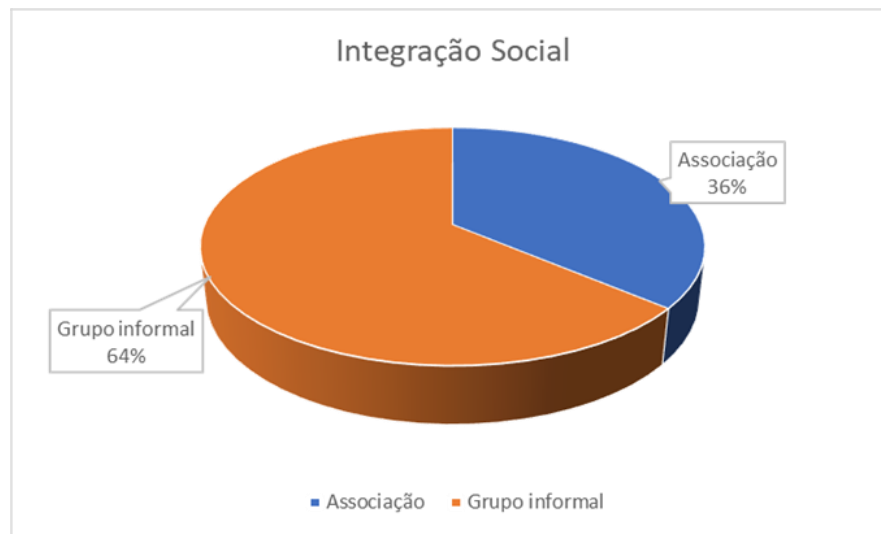
produtores capacitados. Essas capacitações tiveram um papel relevante para o desenvolvimento das atividades produtivas das UPF's, como conseguir diminuir custo de produção, aumentar produtividade leiteira, etc., sendo um processo educativo, não formal e participativo, vinculado à realidade do meio rural, ao atendimento das necessidades e exigências dos produtores familiares rurais, melhorando as competências nas ações do dia a dia.

Gráfico 4 - Outras profissões no meio rural.
Fonte: Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar -Emater



Alguns produtores possuem habilidades em outras profissões como pedreiro, pintor, carpinteiro e operador de máquinas agrícolas e ocasionalmente prestam esses serviços a outros produtores, porém apenas a prestação de serviços de tratorista no preparo de solo tem alguma relevância e o resultado desses serviços são acrescentados na renda bruta das UPF's. Nas visitas técnicas sempre se procurou orientar no uso e manutenção das máquinas agrícolas quando presentes.

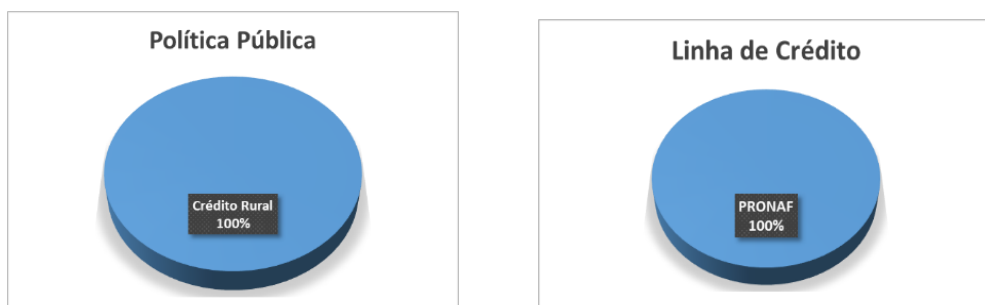
Gráfico 5 – Associativismo



Fonte: Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar -Emater

O associativismo reporta-se à livre organização de pessoas, isso posto qualquer iniciativa formal ou informal, que reúne um grupo de pessoas com o objetivo principal de superar dificuldades e gerar benefícios econômicos, sociais ou políticos é uma forma de associação. Como na organização formal com caráter legal existem duas associações nos grupos atendidos abrangendo 36 % dos beneficiários do programa (Região da Paulista e Rancharia), contudo nas outras comunidades existem Associações informais como um grupo de pessoas, geralmente com um líder, que desenvolvem ações com um fim comum, sem constituição ou publicação oficial dos objetivos da sua Associação. As ações de ATER junto a comunidade procurou reforçar a união das pessoas .

Gráfico 6 – Crédito Rural

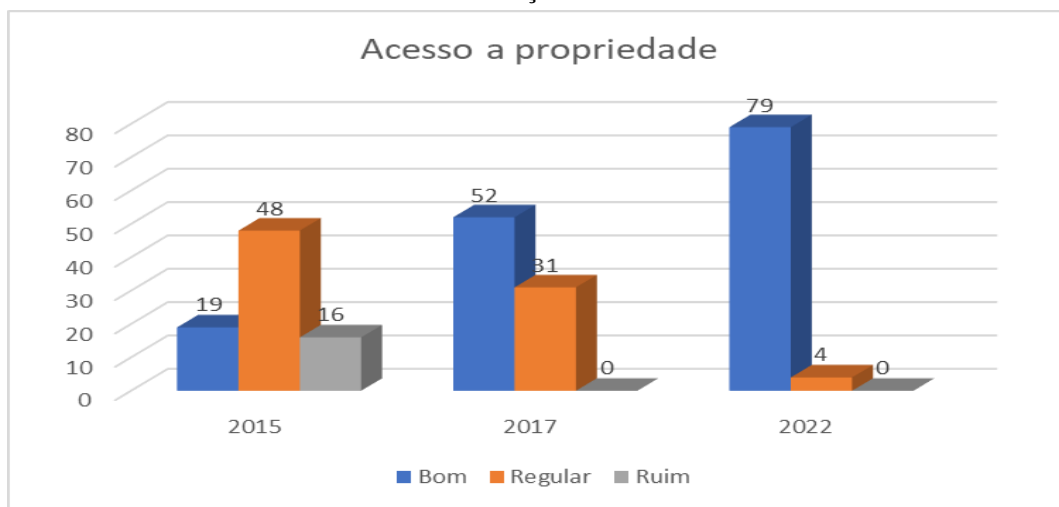


Fonte: Planilhas para cadastro e limite de crédito junto ao Banco do Brasil e Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar –Emater

A Política Pública mais acessada é a do crédito rural, 100% das famílias de agricultores atendidos pelo programa fizeram contratos de crédito na linha do PRONAF, 100% junto ao

Banco do Brasil. Tanto em financiamento para custeio agrícola e pecuário, como para investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção como salas de ordenha mecânica, mecanização agrícola, calagem, cercas elétricas, e de serviços no estabelecimento rural, visando colocar em prática as novas tecnologias acordadas junto aos técnicos extensionistas, objetivando aumentar a rentabilidade e à otimização da mão de obra familiar. Todas as propostas de crédito e projetos dos agricultores familiares foram elaboradas pela Unidade Local da Emater de Campo Alegre de Goiás.

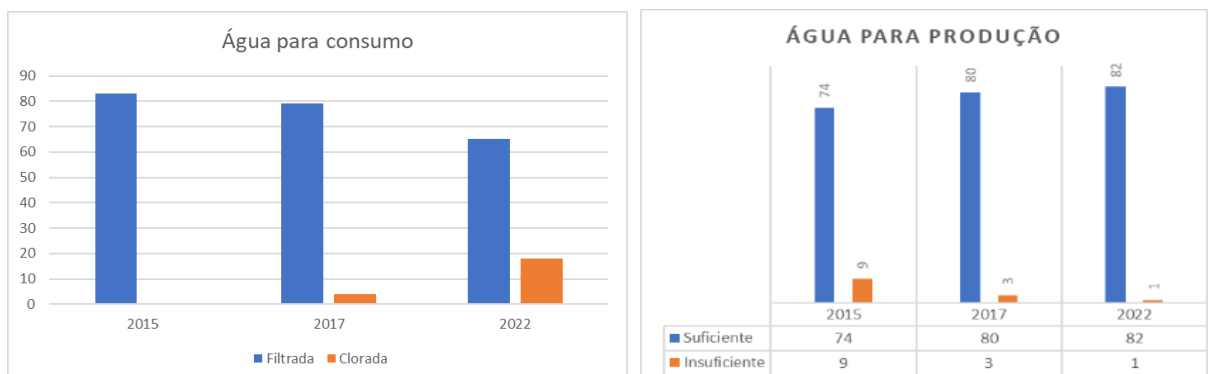
Gráfico – 7 Conservação de estradas vicinais

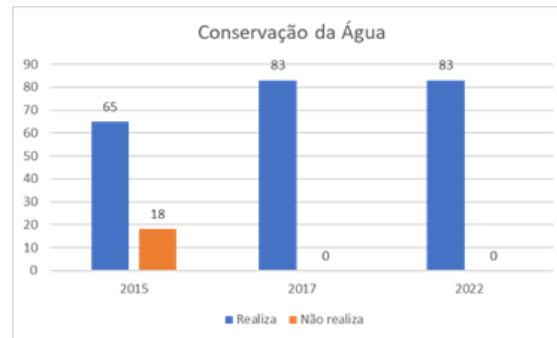


Fonte: Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar -Emater

Uma das ações relevantes do programa foi o incentivo e apoio junto as comunidades para reivindicação junto as autoridades e órgãos responsáveis, a manutenção e adequação das estradas vicinais e estaduais em péssimas condições que cortavam o município, sendo atendidos na medida do possível e facilitando o deslocamento das pessoas do campo para a cidade e vice-versa, bem como o escoamento seguro da produção.

Gráfico-8 Recurso Hídrico

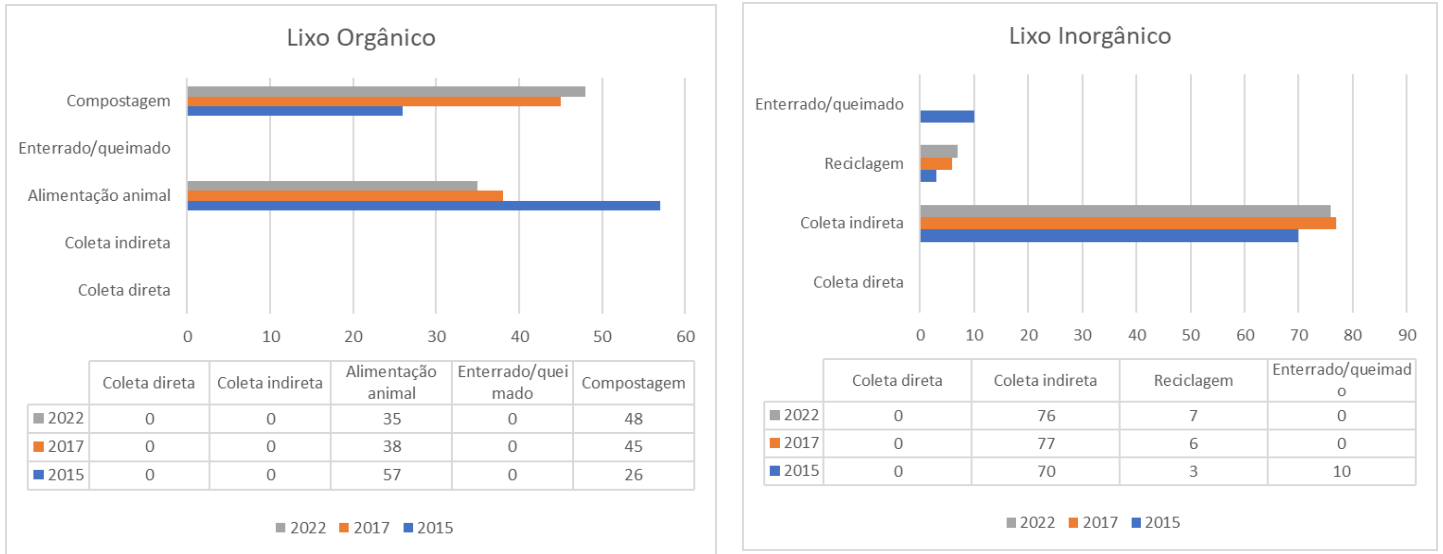




Fonte: Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar -Emater

Em termos de quantidade das reservas de água para consumo e produção, nunca foram um problema sério no município de Campo Alegre de Goiás que tem boa reserva de mananciais hídricos, porém muitas práticas inadequadas estavam se tornando corriqueiras, como desmatamento ciliar, contaminação do lençol freático com o enterro de embalagens de agrotóxicos, e mal planejamento de sistemas de irrigação. Em todas as reuniões e visitas técnicas às propriedades o assunto “água” era recorrente e foi trabalhado em três enfoques: consumo, produção (irrigação) e a conservação dos mananciais e nascentes. Quanto ao consumo, o sistema de purificação utilizado por todos era o de filtração em filtros de barro, que se mostrou bastante eficiente, sendo o hábito de clorarem cisternas ou reservatórios poucos utilizados. No uso para a produção foram realizadas palestras mostrando o uso eficiente de sistemas de irrigação com enfoque no micro aspersão e gotejamento, planejamento de turnos de rega eficientes, em algumas propriedades que mostravam alguma deficiência hídrica foram perfurados poços artesianos, resolvendo o problema. Na parte de conservação dos recursos hídricos o grande destaque foi o trabalho de recomposição das matas ciliares e proteção de nascentes usado o método Ca-xambu.

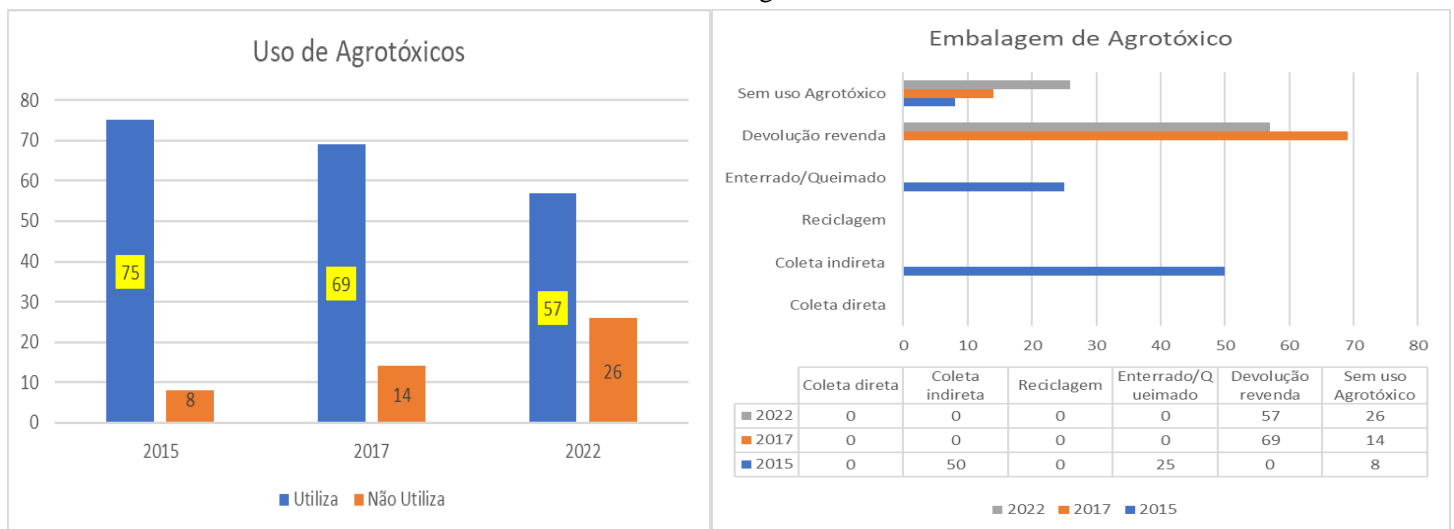
Gráfico – 9 Destinação do lixo



Fonte: Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar -Emater

A questão do lixo também foi abordada no início do programa ATER junto as famílias, todo o lixo orgânico oriundo de restos de cozinha e hortas e, eram utilizados na alimentação de suínos e aves, com o advento do curso de compostagem passou a ser mais utilizado na produção de composto orgânico, utilizado nas hortas e pomares. O lixo inorgânico sempre foi recolhido pela prefeitura em pontos determinados ao longo das vias vicinais, muito pouco era reciclado nas propriedades.

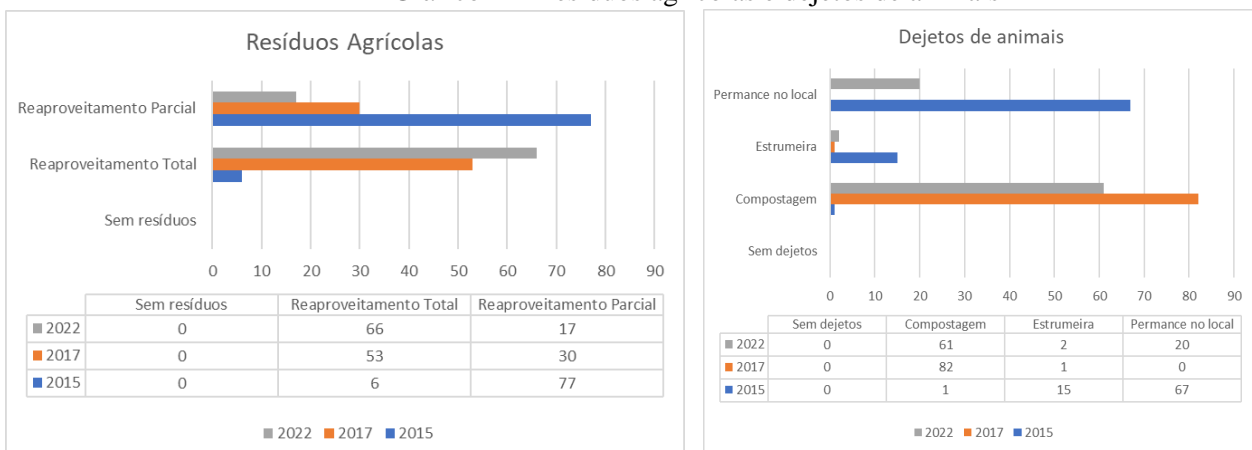
Gráfico – 10 Agrotóxicos



Fonte: Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar -Emater

Uma das grandes preocupações recorrentes de todo trabalho técnico realizado junto as UPF's foi quanto a minimizar os riscos de contaminação no uso dos agrotóxicos, tanto para o aplicador quanto ao ambiente. No início do programa as aplicações eram feitas praticamente sem equipamento de proteção individual (EPI) nenhum e as embalagens eram enterradas, queimadas ou colocadas junto ao lixo destinado a coleta pela prefeitura. Foi feita uma oficina orientando o uso dos EPIs e acertado com as revendas procedimentos para recebimento das embalagens utilizadas. Ainda hoje se utiliza os agrotóxicos, porém de uma maneira mais racional e técnica, resultado do trabalho de ATER executado, sendo o conceito do controle estratégico de pragas bastante utilizado. Em 2016 já se tinha os mesmos índices de utilização e destinação das embalagens de 2017.

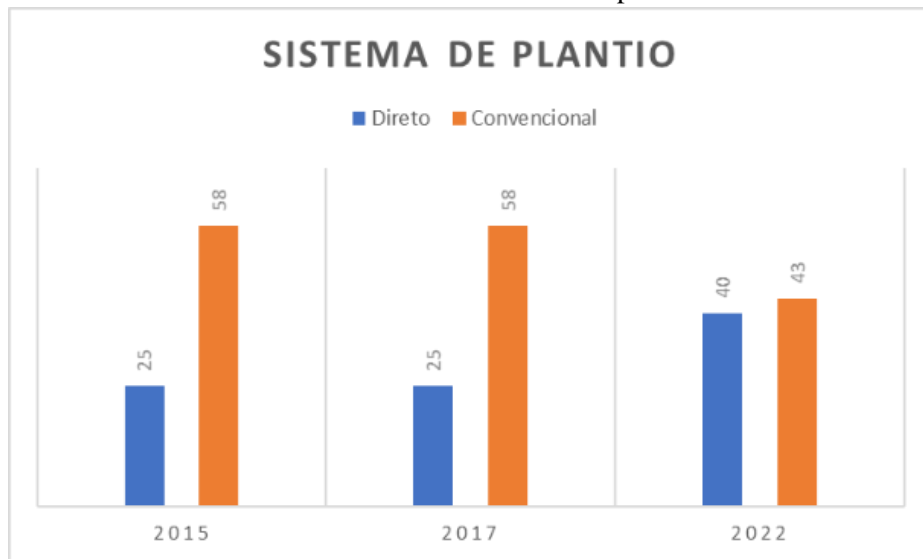
Gráfico -11 Resíduos agrícolas e dejetos de animais



Fonte: Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar -Emater

Com o incremento das técnicas de manejo de pastagem e melhoria da prática do sistema de plantio direto levadas aos produtores pelos técnicos do programa, os resíduos agrícolas resultantes das atividades de colheita dos produtos, entre eles, palhas, sabugos, colmos e dejetos de animais com predominância do esterco bovino, foram aproveitados com maior eficiência, sendo parte deixada no próprio terreno de cultivo, servindo como proteção ao solo ou como adubo fornecedor de nutriente, e parte passando por processamento simples, como a compostagem, realizada no próprio imóvel rural. Prioritariamente os dejetos bovinos são usados como adubo orgânico, respeitando sempre as limitações impostas pelo solo e planta.

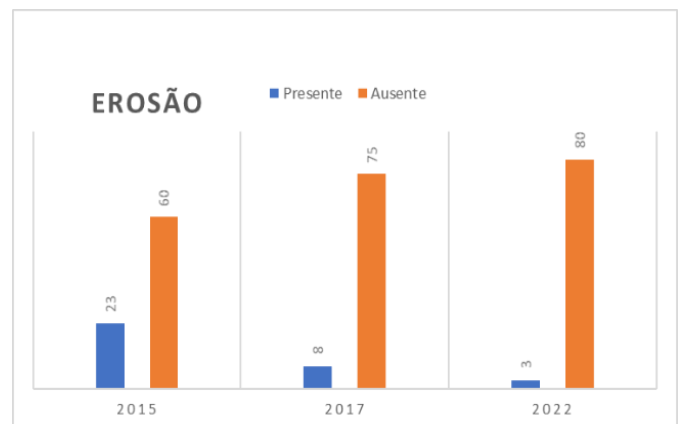
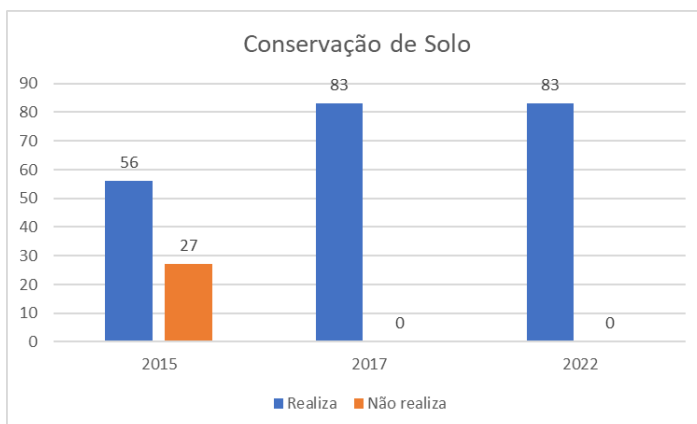
Gráfico – 12 Sistema de plantio



Fonte: Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar -Emater

Durante o período de ação do programa, as taxas de utilização do sistema de plantio direto e convencional se mantiveram no mesmo parâmetro, porém atualmente com a renovação das máquinas e implementos, o plantio direto teve um aumento exponencial, se igualando tecnicamente com o convencional. Mas mesmo não havendo aumento na quantidade, a qualidade do modo de manejo em áreas com plantio direto foi objeto de treinamento a diversos produtores.

Gráfico -13 Conservação de solo e erosão

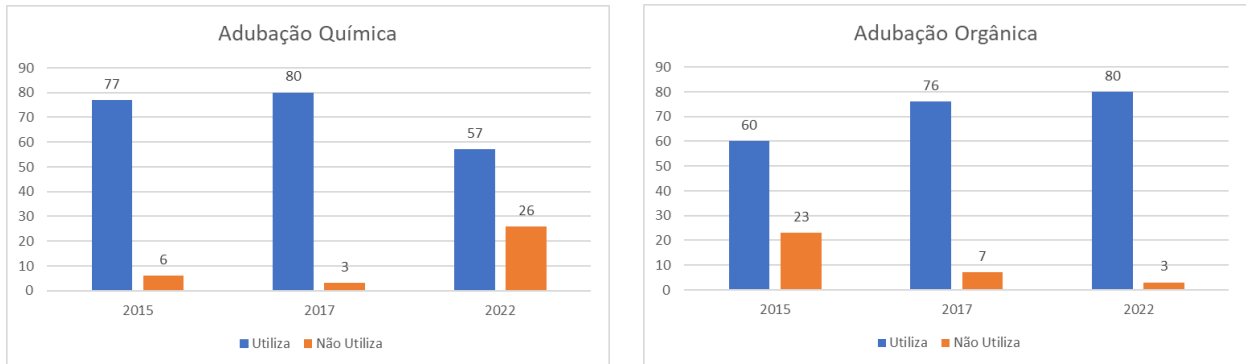


Fonte: Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar -Emater

Com a implantação do programa de Promoção da Agricultura Familiar Sustentável, houve um grande aumento nas práticas de conservação de solo, com a equipe técnica da Emater fazendo as marcações de curvas de níveis em todas as propriedades que necessitavam e a pre-

feitura cedendo máquinas e equipamentos para o terraceamento das áreas de produção e o produtor contribuindo com parte do combustível, resultando na grande diminuição do índice de erosão.

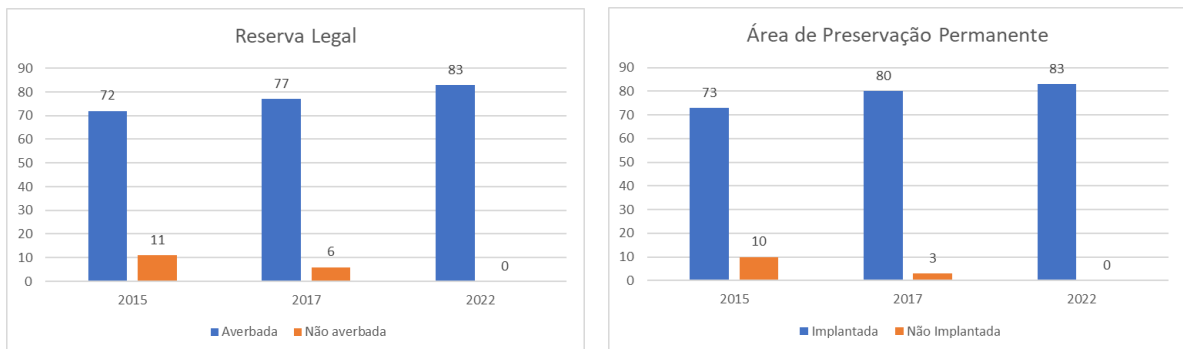
Gráfico -14 Adubação



Fonte: Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar -Emater

De 2015 até 2017 a utilização de adubos químicos tipo NPK e nitrogenados era igualitário com uso de fontes orgânicas como esterco e cama de aves, porém a tendência a utilização de compostos orgânicos teve um aumento significativo.

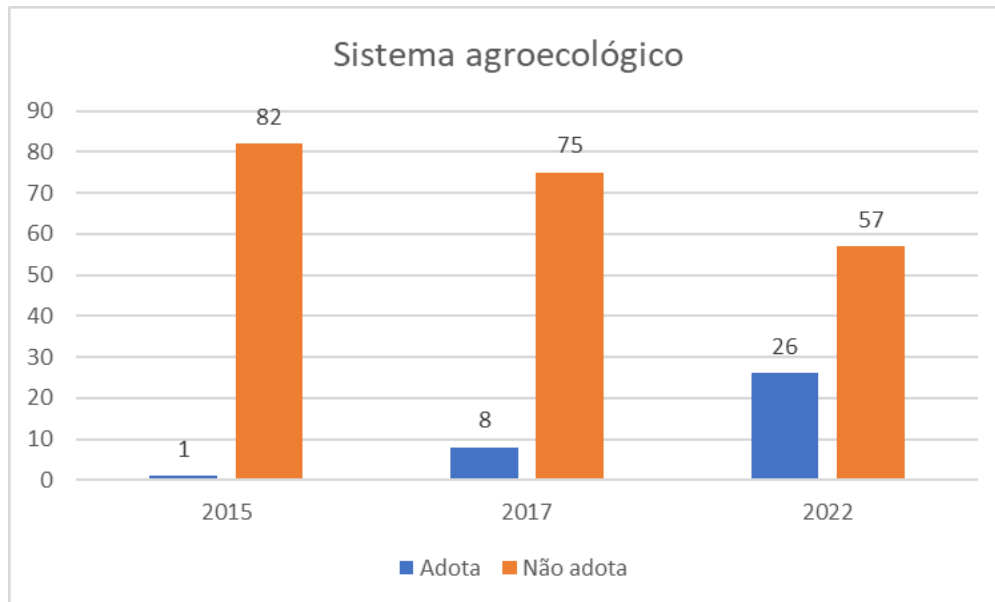
Gráfico- 15 – Reserva Legal e Área de Preservação Permanente



Fonte: Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar -Emater

Uma das ações de ATER foi a orientação e acompanhamento aos produtores na averbada das reservas legais e os projetos de implantação de APP's, também foi elaborado o Cadastro Ambiental Rural (CAR) para todos os beneficiários do programa sem custo para os produtores.

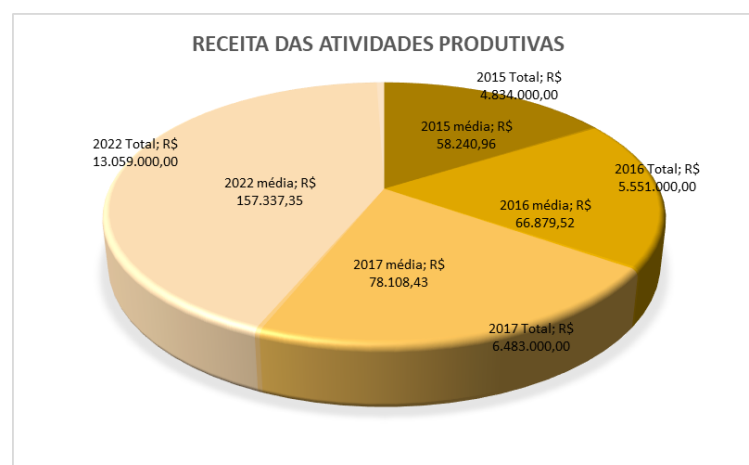
Gráfico – 16 Agroecologia

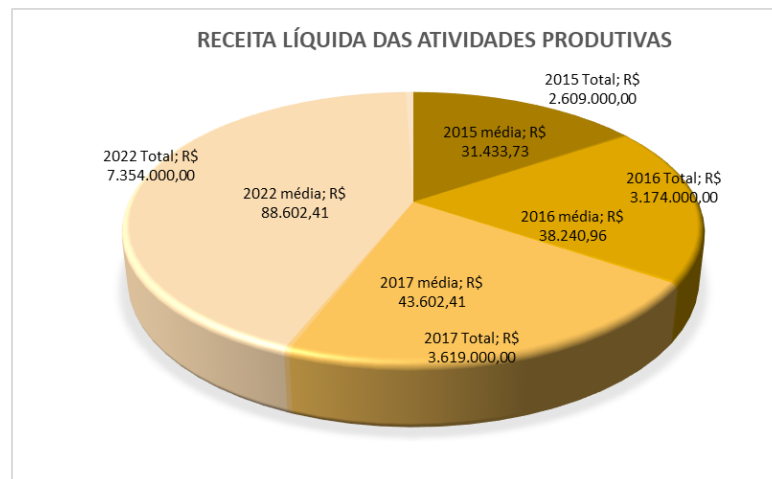
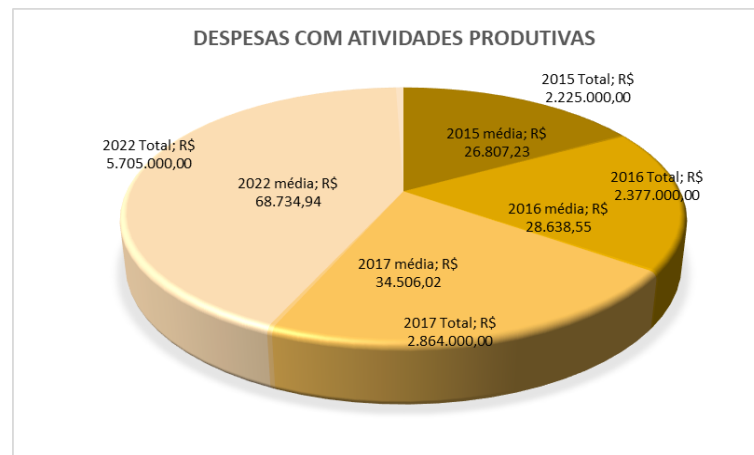


Fonte: Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar -Emater

A adoção de sistemas agroecológicos como produção orgânica é uma prática de médio a longo prazo no município de Campo Alegre de Goiás, mas prossegue aumentando a adoção.

Gráfico 17 – Resultados financeiros





Fonte: Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar -Emater

Resultado Financeiro das 83 Unidades de Produção da AF 2014

	Receita da atividade produtiva anual	Despesa da atividade produtiva anual	Receita líquida da atividade anual
Média	R\$ 53.000,00	R\$ 27.228,91	R\$ 25.783,13

Dados obtidos nas planilhas para cadastro e limite de crédito junto ao Banco do Brasil- Emater

Resultado Financeiro das 83 Unidades de Produção da AF 2015

	Receita da atividade produtiva anual	Despesa da atividade produtiva anual	Receita líquida da atividade anual
Média	R\$ 58.240,96	R\$ 26.807,23	R\$ 31.433,73

Dados obtidos no Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar – -Emater

Resultado Financeiro das 83 Unidades de Produção da AF 2016

	Receita da atividade produtiva anual	Despesa da atividade produtiva anual	Receita líquida da atividade anual
--	--------------------------------------	--------------------------------------	------------------------------------

Média	R\$ 66.879,52	R\$ 28.638,55	R\$ 38.240,96

Dados obtidos no Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar – -Emater

Resultado Financeiro das 83 Unidades de Produção da AF 2017			
	Receita da atividade produtiva anual	Despesa da atividade produtiva anual	Receita líquida da atividade anual
Média	R\$ 78.108,43	R\$ 34.506,02	R\$ 43.602,41

Dados obtidos no Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar - Emater

Resultado Financeiro das 83 Unidades de Produção da AF 2022			
	Receita da atividade produtiva anual	Despesa da atividade produtiva anual	Receita líquida da atividade anual
Média	R\$ 157.337,00	R\$ 68.734,00	R\$ 88.602,00

Dados obtidos no Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar- atualização - Emater

Os números mostram os resultados financeiros anuais da somatória e média das receitas e despesas das atividades produtivas e da receita líquida das atividades produtivas das oitenta e três Unidades de Produção Familiar ainda em atividade. Os dados foram obtidos no Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar inicial e suas atualizações e planilhas para cadastro e limite de crédito junto ao Banco do Brasil. O ano de 2014 serve de parâmetro inicial antes da execução das ações do programa e o resultado financeiro de 2022 mostra a situação atual. Em relação a 2014, em 2015 houve um incremento de 21,91% nas receitas líquidas, apenas com mudanças no manejo do rebanho de bovinos de leite, como divisão de pastos e pastejo rotacionados por exemplo, propostas pelos técnicos do programa, diminuindo as despesas e aumentando a produção, passando para 2016 com 21,66% já com investimento no melhoramento genético do rebanho e aumento de produtividade na produção de silagem e consequente aumento da produtividade de leite com redução proporcional na despesa. Em 2017 o aumento da receita líquida foi de 14,02% tendo em vista aumento das despesas devido aquisição de mais matrizes leiteiras, porém o aumento da receita líquida foi sempre contínuo. Em 2022 constatou-se essa média de 20% ao ano dando um percentual de 108,21% relativo a 2017 que em valores de média anual está em R\$ 88.602,00, resultando em média R\$ 7.383,50 ao mês.

10 IMPACTOS

A interpretação da evolução dos indicadores de resultados e impactos da política pública nas famílias de agricultores foi embasada na análise dos questionários do Diagnóstico da

Unidade de Produção Familiar dos anos de atuação do programa e observação das evidências empíricas realizadas nas visitas com entrevista e atualização do diagnóstico, em cada Unidade de Produção Familiar realizada pelo autor em 2022.

A Execução do Programa de “Promoção da Agricultura Familiar Sustentável” com assistência técnica e extensão rural em quantidade e qualidade junto as famílias de agricultores efetivamente impactaram de maneira positiva e direta as condições econômicas, sociais, ambientais e culturais dessas pessoas como previsto no modelo lógico que permite comparar o que era esperado da política com o que se realizou até o momento atual.

Os impactos também se referem a resultados indiretos do programa com outros indicadores afetados, que não eram o objetivo do programa e foram observados mostrando que houve efeito da intervenção do programa ao longo do tempo. Como indicadores de saúde na área de odontologia devido ao aumento de renda da família, protagonismo social reconhecendo as diversidades e especificidades de gênero, promovendo um empoderamento feminino, diversificação de produção e renda com acesso a nichos de mercados como produção orgânica de alimentos, segurança alimentar e nutricional das famílias e participação ativa em eventos e cursos que promovem e difundem novas tecnologias na área rural.

11 EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTARIAS E *INSIGHTS* SOBRE EFICIÊNCIA DE GASTOS.

O valor total do contrato foi de R\$ 5.187.433,13 (cinco milhões, cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e trinta e três reais e treze centavos), divididos entre os 13 municípios participantes do programa, cabendo ao município de Campo Alegre de Goiás a cota de R\$ 305.144,70 (trezentos e cinco mil, cento e quarenta e quatro reais e setenta centavos) referente a 100 famílias cadastradas. Portanto, uma média de gasto de R\$ 3.051,44 além das horas dispensadas pela equipe técnica da Emater, o aumento da receita líquida das famílias de agricultores compensou os investimentos conforme demonstra o gráfico 17.

O montante da dotação orçamentaria foi suficiente para custear as ações em direção aos objetivos pretendidos e a Política Pública foi realizada com custos razoáveis (economicidade), não sendo possível reduzir custos sem comprometer a qualidade dos serviços ofertados.

Em relação a dotação orçamentária as despesas decorrentes da contratação correram à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2012, a cargo

do MDA, cujos Programas de Trabalho e Elemento constaram na respectiva nota de Empenho de número 2012NE801673.

12 RECOMENDAÇÕES

O intento da avaliação executiva é analisar a política pública e apresentar conclusões sobre o seu desempenho total, com recomendações de aperfeiçoamento de fácil identificação, por ventura, encontradas no âmbito das ações, podendo se for o caso recomendar o aprofundamento da sua avaliação por meio de outras abordagens.

No início da mobilização, houve dificuldades em se encontrar as 100 famílias com o perfil de renda exigido pelo MDA, o que só depois de muitas justificativas por parte da Emater junto ao Ministério é que essas regras foram modificadas, possibilitando o cadastro de todas as 100 famílias, o que veio atrasar muito o início dos trabalhos. Outro fator que dificultou os trabalhos no início foi acomodar geograficamente os grupos, que em alguns casos teve que ser de duas comunidades não tendo como cumprir a normativa de vinte famílias por grupo, isso também foi flexibilizado pelo MDA. Recomenda-se que em programas futuros se faça um pré levantamento com entidades locais para se levar em consideração as características distintas em cada município. Vale relatar uma dificuldade por parte da Unidade Local da Emater de Campo Alegre de Goiás, que só contava com um técnico na época e possuía uma grande demanda de projetos de crédito rural, este problema foi sanado com o deslocamento de dois técnicos para compor a equipe de trabalhos no município.

Não se constatou fragilidade digna de nota no desenho da política com relação a teoria do programa bem como a hipótese principal do modelo lógico que se provaram verdadeiras tendo em vista que os recursos e insumos colocados à disposição para as ações de assistência técnica e extensão rural geraram os produtos de capacitação que efetivamente fizeram as famílias de agricultores adotarem as tecnologias de produção, manejo e gestão administrativa compactuadas com os extensionistas da Emater, impactando de certo modo na maneira produtiva e na renda das famílias de agricultores, elevando suas condições socioeconômicas, mostrando que o *déficit* de assistência técnica e extensão rural de qualidade e principalmente em quantidade, justifica o tipo de política pública adotada.

Os princípios de governança pública previstos no Art. 3º do Decreto nº 9.203/2017 relativos à capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, responsabilidade e transparência foram considerados na íntegra.

Todos os envolvidos com a política pública tiveram suas competências e responsabilidades definidas de maneira clara e objetiva, bem como os das instituições envolvidas nos processos da política pública, cabendo a Emater a execução das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural e ao MDA a fiscalização, monitoramento e aporte financeiro, também se ofereceu condições de participação social das famílias de agricultores em todas as etapas da execução do programa, valorizando o saber coletivo das famílias dos agricultores em conjunto com os conhecimentos inovadores dos técnicos extensionistas da Emater. Importante relatar que os procedimentos administrativos, ou seja, a burocracia institucional não impediu as atividades acordadas no contrato de execução do Programa, porém em alguns períodos dificultava ou atrasava os trabalhos, como no caso de postar os relatórios no sistema informatizado do Ministério, o SIATER, que inúmeras vezes estava com problemas de conectividade, fazendo com que prazos de metas ficassem atrasados, o que em algumas vezes fizesse o repasse financeiro por parte do MDA atrasar, porém o montante da dotação orçamentaria foi suficiente para custear as ações de ATER em direção aos objetivos pretendidos e a Política Pública foi realizada com economicidade.

Portanto, vê-se que é imperativo continuar com Políticas Públicas sérias de assistência técnica e extensão rural voltadas para a promoção e sustentabilidade da agricultura familiar responsável tanto para o abastecimento interno como para o controle da inflação dos alimentos no Brasil, que segundo o último Censo Agropecuário do IBGE abrange 80% dos estabelecimentos agrícolas do país, produzindo parcela expressiva dos alimentos básicos das mesas do brasileiro.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos resultados mostrou que o Programa “Promoção da Agricultura Familiar Sustentável” tendo como base a assistência técnica e extensão rural no município de Campo Alegre de Goiás executado pela Emater custeado em contrato com o Ministério de Desenvolvimento Agrário cumpriu os seus objetivos, conforme indicadores quantitativos e qualitativos estabelecidos no modelo lógico, como adoção de novas tecnologias de produção e manejo, prática de métodos de gestão administrativa, aumento do nível de conscientização dos produtores e produtoras com relação aos direitos e deveres do cidadão e comprometimento nas questões de preservação do Meio Ambiente, isso posto, resta evidenciado um impacto significativo no padrão de vida das famílias de agricultores pelo aumento da produtividade, diminuição dos

custos, aumento da receita líquida e conseqüentemente uma elevação no padrão de vida das famílias nos quesitos de moradia, eletrodomésticos, frota de veículos, implementos, férias, vida social e alimentação, refletindo positivamente na autoestima dos beneficiários do programa.

Referências Bibliográficas

ABRUCIO, F. L.; GAETANI, F. *Avanços e perspectivas da gestão pública nos Estados: agenda, aprendizado e coalizão*. In: Brasília Consad, 2006.

ASMIN, M. A.; PASSINI, J. J.; BOICO, D. G. A importância da Assistência Técnica e Extensão Rural para Agroindústrias Familiares: O caso da agroindústria de panificação no oeste do Paraná. *Gestão e Desenvolvimento em Revista, [S. l.]*, v. 5, n. 1, p. p. 84–98, 2019. DOI: 10.48075/gdemrevista.v5i1.21740.

Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante, volume 1. *Casa civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Brasília: 2018a.

Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2. *Casa civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Brasília: 2018a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Caderno de Estudos do Curso em Conceitos e Instrumentos para o monitoramento de Programas*. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI); Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014.

CARDOSO, JR. Monitoramento estratégico de políticas públicas: requisitos tecnopolíticos, proposta metodológica e implicações práticas para a alta administração pública brasileira. Texto para discussão 2040, *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*. Brasília: Rio de Janeiro, fev.,2015.

CASSIOLATO, M.; GUERESI, S. *Como elaborar modelo lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação*. In: Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas.

CGU – CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. *Manual da Metodologia para Avaliação da Execução de Programas de Governo*. Brasília, janeiro, 2015

CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

COHEN, E.; FRANCO, R. *Avaliação de Projetos Sociais*, Petrópolis: Vozes, 2004.

CORDEIRO, Darcy. *Ciência, Pesquisa e Trabalho científico: uma abordagem metodológica*. 2ª. ed. Goiânia: UCG, 1999.

COZBY, Paul C. *Métodos de Pesquisa em Ciências do Comportamento*. São Paulo: Atlas,2011.

CRESWEL, John W. *Investigação Qualitativa & Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. 3ª. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

- DALFOVO, M. C.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos Quantitativos e Qualitativos: um resgate teórico. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*. Blumenau, v.2, n.4, p.01-13,2008.
- FERREIRA, Manuel Aníbal Silva Portugal Vasconcelos. Comentário editorial a construção de hipóteses. *Revista Ibero Americana de Estratégia*, v. 12, n. 4, p. 1-8, 2013.
- FREITAS, Henrique; OLIVEIRA, Mirian; SACCOL, Amarolinda Zanella; MOSCAROLA, Jean. O método de pesquisa survey. *Revista de Administração*, v. 35, n. 3, p. 105-112, 2000.
- GIL, A. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Editora Atlas, 6 Ed. 2008.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.35, n. 3, maio/jun., p.20-29, 1995. _____.
- GUJARATI, D. *Econometria Básica*. Ed. Campus, 2006.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas. Orgs. Cardoso, Jr. e Cunha, A. Brasília: IPEA, 2015a.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: _____. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas, São Paulo: EPU,1986, cap.3.
- MARTINS, Heloisa Helena T.de Souza Martins. *Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.
- MINAS GERAIS - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Manual da Avaliação Executiva dos Projetos Estruturadores - 2011, Belo Horizonte, 2011.
- _____. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Caderno de Estudos do Curso em Conceitos e Instrumentos para a Avaliação de Programas. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI); Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015.
- NEVES, José Luís. Pesquisa Qualitativa: característica, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisa em Administração*. São Paulo, v.1, n.3, 2º.sem.1996.
- NUNES E. M, da Silva V. M., Claudino de Sá V. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Formação e conhecimentos para agricultura familiar do Rio Grande do Norte. *Redes. Revista do Desenvolvimento regional*. 2020;25(2)
- OLIVEIRA, M. M. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 16, n. 2, p. 97-134, 1999.
- PASQUALI, Luiz (org.). *Instrumentos Psicológicos: manual prático de elaboração*. Brasília: LabPAM; IBAPP, 1999.

PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação. Texto de Discussão 48, Brasília, out. 2008. 50 p.

RESENDE, G. O.; FARIA, A. S. de. Efeitos da Ater na produtividade goiana, *Revista de Política Agrícola*, ano XXVIII. Nº 4 Brasília, DF, pág. 7, 2019.

RESENDE, G. O.; Araújo; F. M. de.; Queiroz, C. C. *A Importância da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e do Crédito Rural para a agricultura Familiar em Goiás Proposta Para a avaliação das políticas públicas para o Governo do Estado de Goiás*. Boletim Goiano de Geografia, v. 37 n. 3 Goiânia, GO, dez 2017.

RESENDE, G. O. *Proposta Para a avaliação das políticas públicas para o Governo do Estado de Goiás*. Estudos do IMB. Goiânia, GO, SEGPLAN, 2015.

REZENDE, João Victor Silveira; BECHELAINE Cinthia Helena de Oliveira; BARBOSA Diana Martins; MARTINS Gustavo Dias da Costa; DUARTE Vanda Catarina - Avaliação Executiva de Programas Governamentais: perspectiva de suporte ao processo orçamentário 2011 Prêmio SOF de monografias 2011- Tema 2: Novas Abordagens do Orçamento Público. 2º Lugar Escola Nacional de Administração Pública (Enap). RUA, Maria das Graças. Políticas públicas. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC. Brasília: CAPES: UAB, 2009.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUZA, Lincoln Moraes. *Políticas públicas: introdução às atividades e análise*. Natal: EDUFRN, 2009.

SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, N.K.; INCOLN, Y.S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, cap. 7, pp. 193-217.

VERDEJO, Miguel Expósito Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP/ por Miguel Exposito Verdejo, revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. - Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2006

ANEXOS

ANEXO A - Reuniões de mobilização no Clube Municipal de Campo Alegre com a duração de 4 horas cada com a presença de 20 representações comunitárias de agricultores familiares - 20/03/2015



ANEXO B – Atividade coletiva - Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Comunidade Paulista/Sesmaria – Sede da Associação Fazenda Paulista - 15/04/2015



ANEXO C – Atividade coletiva – Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Comunidade Rancharia – Centro Comunitário da Associação Rancharia - 18/05/2015





ANEXO D - Atividade coletiva – Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Comunidade Calaça/ Soledade – Clube Municipal de Campo Alegre - 19/05/2015

ANEXO E – Atividade coletiva - Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Comunidade Conceição/Boa Vista – Clube Municipal de Campo Alegre - 10/04/2015.



ANEXO F - Curso de produção de forrageiras - 11/03/2015



ANEXO G - RELATÓRIO DE ATIVIDADES INDIVIDUAIS



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
Relatório Físico de Atividades individuais – Ateste do (a) agricultor (a)

Relatório Físico de Atividades Individuais

1-Entidade Executora				
Nome:			CNPJ:13.232.306/0001-15	
Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária-EMATER				
Unidade de Serviço/Núcleo Operacional			Número do Contrato:	
Escritório local de Campo Alegre de Goiás - GO			64/2012	
2- Técnico(a)				
Nome :			CPF:	
Jean Louis Alves Martins			295.777.301-59	
3- Local de Realização da Atividade				
Estado	Município	Território	Comunidade/PA/Outros	Lote do PA/Outros
Goiás	Campo Alegre de Goiás			
4- Agricultor(a) assistido(a)				
Nome		CPF/CNPJ	DAP/RB	Situação
				ATIVA
5- Serviço do Contrato				
Prestação de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares, visando o Desenvolvimento Sustentável da Unidade de produção Familiar.				
6- Atividade				
7- Assuntos Abordados:				
8- Data da Execução				
Campo Alegre de Goiás, ____ de ____ de 2015				
9- Assinaturas				
Engº Agrº Jean Louis Alves Martins Técnico		_____ Agricultor		

ANEXO H – DIAGNÓSTICO DA UNIDADE PRODUTIVA FAMILIAR



Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
Secretaria da Agricultura Familiar - SAF
 Diagnóstico da Unidade Produtiva Familiar – UFP.

1 - Entidade Executora	
Nome: Agência Goiana de Assistência Técnica , Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária-EMATER	CNPJ:13.232.306/0001-15
Unidade de Serviço/ Núcleo Operacional: Unidade Local Campo Alegre de Goiás	Nº do contrato:64/2012

1. DADOS BÁSICOS DA UFP:

Nome: _____ Apellido: _____ CPF: _____ RG: _____ Emissor: _____ UF: _____

Data de Nas.: ____/____/____; Estado Civil: _____; Sexo: () M () F; NIS () Sim () Não Nº: _____;

DAP: Nº _____; Situação: Ativada () ou Desativada ()

Nome T2: _____; CPF T2: _____;

Possui carteira de pescador? Não () Sim () Nº: _____; Ponto Georreferenciado da UFP: Unidade de medida: _____ Latitude: _____ Longitude: _____;

Endereço completo: _____; Município: _____; UF: _____;

Pertence a a que público específico? () Não () Sim, de acordo com a(s) opção(ões) assinalada(s) abaixo:

Acampado; Açoriano; **Agricultor familiar**; Aquicultor; Assentado da reforma agrária; **Assentado** do PNCF; Atingido por obras de infraestrutura; ~~Castanheiro~~; Caiçara; ~~Camponês~~; Ciganos; Extrativista; Faxinalense; Fundo de pasto; Geraizeiro; Marisqueiro; Pantaneiro; Pescador artesanal; Pomerano; Povo de terreiro; Povo indígena; Quebradeira de coco; Quilombola; Retireiro; Ribeirinho; Seringueiro; Torãozeiro; Vazanteiro.

2. COMPOSIÇÃO DA UFP:

Nº	Nome	Parentesco	Sexo (M/F)	CPF	DAP	Data Nascimento	Participa de Atividades Produtivas na UFP? Sim / Não	Grau de Instrução
01								
02								
03								
04								
05								
06								
07								
08								

3. DADOS SOCIAIS DOS INTEGRANTES DA FAMÍLIA (repetir este questionário para todos os integrantes da família)

Integrante: _____ Possui carteira de pescador? () Não; () Sim, Nº: _____;

Portador de deficiência que limite atividades habituais (trabalhar, ir à escola, brincar, etc)? () N () Sim.

Se sim, Qual? () Cegueira () Baixa visão () Surdez severa () Surdez leve/moderada () Deficiência física () Deficiência intelectual/mental () Síndrome () Transtorno/Doença mental

Frequente escola ou creche? () Não, nunca frequentou; () Não, mas já frequentou: cusou até que ano/série? _____ () Sim: Ano/Série: _____;

Recebeu algum tipo de capacitação? () N () S: qual(is) _____

Há demanda por documentação? () N () S: qual(is)? () Certidão de nascimento; () RG; () Carteira de Pesca; () DAP; () CPF; () CTPS; () NIS; () Bloco de Notas Fiscais; () Serviços Previdenciários

Já atuou em outras profissões no meio rural? () Não e não tem interesse; () Não, mas tem interesse nas áreas: _____

() Sim, nas áreas: _____

Formas de Integração social:

Associação () semanal () quinzenal () mensal () Outro: _____

CEFFAs (CFR/M, EFFA, ECOR) () semanal () quinzenal () mensal () Outro: _____

Cooperativa () semanal () quinzenal () mensal () Outro: _____

Clube de mães () semanal () quinzenal () mensal () Outro: _____

Sindicato () semanal () quinzenal () mensal () Outro: _____

Instituição Religiosa () semanal () quinzenal () mensal () Outro: _____

Grupos de Mulheres () semanal () quinzenal () mensal () Outro: _____

ONGs () semanal () quinzenal () mensal () Outro: _____

Grupo informal; () semanal () quinzenal () mensal () Outro: _____

Conselhos Municipais () semanal () quinzenal () mensal () Outro: _____

Outros: _____ () semanal () quinzenal () mensal () Outro: _____

Acesso a Políticas Públicas e Crédito:

Nenhuma

Carteira Indígena de Projetos de SAN e

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PROINF – Apoio e ações de infraestrutura e serviços

Aposentadoria rural

Desenvolvimento Sustentável (MMA)

PNDTR – Programa Nacional de Documentação da

PNCF – Crédito Fundiário

ATER para mulheres

Fomento de Atividades Produtivas (FUNAI)

Trabalhadora Rural

PGPM

Biodiesel

Garantia Safra

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

SEAF

Bolsa família

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

Programa de Organização Produtiva para

Salário defeso

BPC – Benefício de Prestação Continuada

PDPI – Projetos Demonstrativos de Povos Indígenas

Mulheres Rurais

Outras:

Crédito Agrícola:

QUAL?	LINHA	MODALIDADE	VALOR	SITUAÇÃO	DESTINO/USO	ANO DE ACESO	Agente financeiro

Houve renegociação de dívida? () N () S - Comente : _____

Está satisfeito com a qualidade de vida na UPF? () Insatisfeito; () Pouco Satisfeito; () Satisfeito; () Muito Satisfeito;

4. DADOS DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR (UPF):**4.1 Indicadores Sociais**

Educação	Há creche na região? ()N ()S ()Não sei;	Há escola na região? ()N ()S ()Não sei
Energia Elétrica	A UPF possui energia elétrica?() N ()Sim, () monofásica; () bifásica; () trifásica; () Outra: _____	
Habitação	Tipo de Moradia ()Alvenaria; ()Madeira; ()Taipa; () Palha ()Mista; () Barraco	Nº de moradores: _____
	Estado de conservação: () Boa; () Regular; () Ruim : Forma de Domínio: _____	Total de cômodos utilizados para dormir: _____
Saúde	Há serviços de saúde pública? () N; () Na família; () Na comunidade; () Na sede do município; () Em outro município	
	O Atendimento é satisfatório? ()N; ()S	
Transporte	Condição de acesso à propriedade ()Boa; ()Regular; ()Ruim	Distância em Km entre a UPF e a sede do município: _____
	Principal opção para o transporte da família: ()Caminhada; ()Barco; ()Bicicleta; ()Carro; () Animais; ()Moto; ()Trator; () Ônibus	
Acesso à Informação	() Rádio; ()TV; ()Jornal/Revista; ()Internet em casa; () internet na comunidade; ()internet na escola; ()telefone fixo; ()celular	
Água, Esgoto, Lixo e Resíduos	Há água canalizada? ()N; ()S	Há água suficiente para consumo humano? ()N ()S
	A água usada para consumo é: () Não tratada; () Tratada com cloro; () Fervida; () Filtrada	
	Forma de abastecimento: ()Rede de distribuição; ()Poço; ()Nascente; ()Cisterna; ()Açude; ()Carro pipa; ()Outro _____	
	Há água suficiente para produção? ()N ()S	Principal uso: () Animal; () Vegetal Deve ir pra manejo?
	Há banheiro/sanitário? ()N ()S	Destino do esgoto: () rede pública; () fossa séptica; () fossa rudimentar; () vala (a céu aberto); () córrego, rio, lago ou mar; ()Outro
	Há seleção de lixo na UPF? ()N ()S	Há coleta seletiva na comunidade/município? ()N; () S
	Destino do lixo Orgânico:	()Coleta direta periódica; ()Coleta indireta - Caçamba; ()Adubação; ()Alimentação animal; ()Enterrado ou Queimado; ()Terreno baldio; () Córrego, rio, lago ou mar
	Destino do lixo Inorgânico:	()Coleta direta periódica; ()Coleta indireta - Caçamba; ()Reciclagem; ()Enterrado ou Queimado; ()Terreno baldio; () Córrego, rio, lago ou mar
	Destino de embalagens de agrotóxicos:	()Não Utiliza agrotóxicos; ()Coleta direta periódica; ()Coleta indireta - Caçamba; ()Reciclagem; ()Reutilização; ()Enterrado/Queimado; ()Terreno baldio; () Córrego, rio, lago ou mar; () Devolução ao local de compra/coletado pelo fabricante
	Destino dos dejetos de animais:	() Não há dejetos animais; () Compostagem; Vala (a céu aberto); ()Estrumeira; () Permanece no local da criação; ()córrego, rio, lago ou mar;
Destino dos resíduos das culturas agrícolas: () Não há resíduos agrícolas; () reaproveitamento parcial; ()reaproveitamento total		

5.2. Aspectos Produtivos

IMÓVEL Principal

Há mais de um imóvel de produção? () Não; () Sim; Quantos? _____

A localização do imóvel de produção corresponde ao endereço do beneficiário? () N (todos os campos abaixo devem ser preenchidos) () S (devem ser preenchidos os campos a partir da Situação de Posse)

Imóvel (Denominação):		Município:		UF:
Localização:				
Coordenadas Geográficas (UTM/SAD69):		Longitude:	Latitude:	Altitude:
Situação de posse (1):		Área Total (ha):	Área Aquícola:	Participação (%)
Licença Ambiental: () Não Possui () Possui		Se sim, em qual Atividade:		

(1) opções de preenchimento: Arrendatário;Comodatário;Concessionário de Uso; Concessionário de Uso Real;Condômino Pró Diviso Proprietário; Condômino Pró Indiviso Proprietário; Enfitentea; Foraleiro; Meeiro; Ocupante de Fundo de Pasto;Ocupante de Unidade de Conservação; Parceiro; Parceiro de Projeto de Assentamento Estadual; Parceiro de Projeto de Assentamento Federal; Parceiro de Projeto de Assentamento Municipal; Posseiro; Proprietário; Proprietário em Assentamento Titulado; Proprietário em Formal de Partilha; Proprietário em Projeto de Crédito Fundiário; Proprietário Individual; Proprietário Assentado por Barragem; Proprietário sem Título; Quilombola: regularização em andamento; Quilombola: regularização não iniciada; Quilombola: titulado; Terra Indígena Demarcada; Terra Indígena Não Demarcada;Usufrutuário

Manejo	Principal forma de preparo do solo: () Mecânico; () Tração animal; () Plantio Direto; () Manual	
	Há erosão na área de produção: () N; () Sim, do tipo: () Laminar; () Vossoroca ; () Sulcos	
	Utiliza alguma prática de conservação do solo? () Nenhuma; () Parcial () Adequada	Utiliza alguma prática de conservação da água? () N; () Sim: Quais? _____
	Utiliza fertilizantes orgânicos? () N; () Sim: Quais? _____	Utiliza fertilizantes Químicos? () N; () Sim:Quais? _____
	Utiliza insumos no cultivo da aquicultura? () N; () Sim:	Utiliza sistema de rotação de culturas? () N; () Sim:
	Utiliza Agrotóxicos? () N; () Sim, do tipo: () Inseticida () Herbicida () Fungicida () Outro Frequência: () semanal...	
Cobertura Vegetal	Há árvores na área de produção? () N; () Sim, uso para () Sombra; () Lenha; () Estaca; () Apicultura; () Artesanato; () Frutas; () Alimentação animal; () Lavoura; () Semente; () outros _____	
	Possui reserva legal? () Não; () Sim, mas não está averbada; () Sim, e está averbada	
	Possui área de preservação permanente? () Não; () Sim; Está Preservada? () Sim () Não	
	Trabalha no sistema Agroecológico? () N; () Sim, com nível de atuação () Baixo, () Médio; () Alto	
Turismo Rural	Atua com turismo rural? () Não, nem tem interesse; () Não, mas tem interesse; () Sim, na área _____	

ATER	Já recebeu ATER na propriedade? ()N; ()Sim, com regularidade ()Alta; () média; () Baixa	
	Se sim, qual a origem do Serviço? () Federal; () Estadual; () Municipal; () Operação de crédito; () Particular (paga)	Prestadora:_____

TERRAS				
USO ATUAL	ÁREA - ha	VLR. UNIT. R\$	VLR TOTAL R\$	% (area)
Terra Nua				
Pastagem				
Cultura Perene				
Capoeira				
Cerradão				
Mata (2)				
Cultura Temporária				
Capineira				
Area de Mar				
Area de Água Salobra				
Área de Água Doce				
SUBTOTAL				

BENFEITORIAS EM CONDIÇÕES DE USO					
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QTDE.	VLR. UNIT. R\$	VLR. TOTAL R\$	OBSERVAÇÕES
Barragem	m ³				
Casa-Sede	m ²				
Casa de Empregados	m ²				
Cerca de Arame Liso	m				
Cerca de Arame Farpado	m				
Eletrificação Rural	m				
Estábulo/Curral	m ²				
Poço (especificar)					
Tanque de Peixe					
Chiqueiro	m ²				
Galinheiro	m ²				
Rancho de Pesca	m ²				
SUBTOTAL					

(2) - Incluir na área de mata a reserva legal, APP, mata ciliar, topo de morro, mata em regeneração, capoeirão, entre outras.

MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

Especificação	Qtd	Capacidade/ Potência	Média de Idade (Anos)	Estado de conservação
Caminhão/Veículo de Trabalho				() Bom; () Regular; () Ruim
Trator				() Bom; () Regular; () Ruim
Arado de Tração Animal				() Bom; () Regular; () Ruim
Arado de Tração Mecânica				() Bom; () Regular; () Ruim
Capinadeira de Tração Animal				() Bom; () Regular; () Ruim
Grade Aradora de Tração Animal				() Bom; () Regular; () Ruim
Grade de Tração Mecânica				() Bom; () Regular; () Ruim
Semeadora de Tração Animal				() Bom; () Regular; () Ruim
Semeadora Manual (Matraca)				() Bom; () Regular; () Ruim
Roçadeira				() Bom; () Regular; () Ruim
Carreta Agrícola				() Bom; () Regular; () Ruim
Carroça				() Bom; () Regular; () Ruim
Pulverizador Costal Manual				() Bom; () Regular; () Ruim
Moto Serra				() Bom; () Regular; () Ruim
Motor Elétrico				() Bom; () Regular; () Ruim

Especificação	Qtd	Capacidade/ Potência	Média de Idade (Anos)	Estado de conservação
Ensiladeira				() Bom; () Regular; () Ruim
FORAGEIRAS				() Bom; () Regular; () Ruim
Debulhador				() Bom; () Regular; () Ruim
Embarcação				() Bom; () Regular; () Ruim
Bomba de Água				() Bom; () Regular; () Ruim
Irrigação				() Bom; () Regular; () Ruim
Motor				() Bom; () Regular; () Ruim
Guincho				() Bom; () Regular; () Ruim
Colete Salva Vidas				() Bom; () Regular; () Ruim
Redes para Pesca (Tarrafa)				() Bom; () Regular; () Ruim
Estruturas de Cultivo				() Bom; () Regular; () Ruim
EPI				() Bom; () Regular; () Ruim
				() Bom; () Regular; () Ruim
				() Bom; () Regular; () Ruim

SEMOVENTES

Bovinos - Responsável (eis): _____

Sistema de Produção: () Intensivo () Semi-Intensivo () Extensivo				Inseminação artificial: () Sim () Não		
TIPO	QTDE.	IDADE MÉDIA (MÊSES)	RAÇA	VALOR - R\$		OBSERVAÇÃO
				UNITÁRIO	TOTAL	
VACA						
TOURO						
NOVILHA						
NOVILHO						
BOVINO DE CORTE						
BEZERRO						
BEZERRA						
SUBTOTAL						

Suínos - Responsável (eis): _____

Sistema de Produção: () Intensivo () Semi-Intensivo () Extensivo			Sistema Integrado? ()N; () Sim, de ()terminação ; ()UPL; () ciclo completo		Inseminação artificial: ()N ; ()S	
TIPO	QTDE.	IDADE MÉDIA (MÊSES)	RAÇA	VALOR - R\$		OBSERVAÇÃO
				UNITÁRIO	TOTAL	
PORCA						
CACHAÇO						
CAPADO/CEVADO						
LEITÃO						
LEITOA						
SUBTOTAL						

Aves - Responsável (eis): _____

Espécie:			Sistema de Produção: () Intensivo () Semi-Intensivo () Extensivo		Sistema Integrado? ()N; () Sim, de ()terminação ; ()UPL; () ciclo completo	
TIPO	QTDE.	IDADE MEDIA (MESES)	RAÇA	VALOR - R\$		OBSERVAÇÃO
				UNITÁRIO	TOTAL	
SUBTOTAL						

Ovinos/Caprinos - Responsável (eis):

Sistema de Produção: () Intensivo () Semi-Intensivo () Extensivo						
TIPO	QTDE.	IDADE MÉDIA (MÊSES)	RAÇA	VALOR – R\$		OBSERVAÇÃO
				UNITÁRIO	TOTAL	
MATRIZ						
REPRODUTOR						
BORREGO						
BORREGA						
SUBTOTAL						

Equinos – Responsável (eis):

Sistema de Produção: () Intensivo () Semi-Intensivo () Extensivo						
TIPO	QTDE.	IDADE MÉDIA (MÊSES)	RAÇA	VALOR – R\$		OBSERVAÇÃO
				UNITÁRIO	TOTAL	
Potro						
Potranca						
Cavalo						
Égua						
ASININO/MUAR						
SUBTOTAL						

Apicultura - Responsável (eis):

Sistema de Produção: () Intensivo () Semi-Intensivo () Extensivo						
TIPO	QTDE.	IDADE MÉDIA (MÊSES)	RAÇA	VALOR – R\$		OBSERVAÇÃO
				UNITÁRIO	TOTAL	
SUBTOTAL						

Piscicultura – Responsável (eis):

Sistema de Produção: () Intensivo () Semi-Intensivo () Extensivo						
TIPO	QTDE.	IDADE MÉDIA (MÊSES)	RAÇA	VALOR – R\$		OBSERVAÇÃO
				UNITÁRIO	TOTAL	
SUBTOTAL						

TOTAL GERAL DO VALOR DOS SEMOVENTES: R\$

TOTAL GERAL DO PATRIMONIO DA FAMÍLIA: R\$

6.4 Renda de produtos transformados/processados:

Atividade (Produto)	Produção estimada (Quantidade)	Unidade	VI. Unit. R\$	VI.Total (1) R\$	AUTOCONSUMO (Uso da Família ou na produção)			VI. total (3) despesas com a atividade R\$	VI. Líquido da receita [= (1)-(2)-(3)] R\$	Responsável Produção	Responsável Comercialização
					Qtd	Unid	VI. Total (2) R\$				
Queijo											
Artesanato											
Total											

6.5 Rendas de Atividades não Agropecuárias da UPF

Atividade (Produto)	Produção estimada (Quantidade)	Unidade	VI. Unit. R\$	VI.Total (1) R\$	AUTOCONSUMO (Uso da Família ou na produção)			VI. total (3) despesas com a atividade R\$	VI. Líquido da receita [= (1)-(2)-(3)] R\$	Responsável Produção	Responsável Comercialização
					Qtd	Unid	VI. Total (2) R\$				
Turismo											
Artesanato											
Transporte nautico											
Total											

ESTIMATIVA TOTAL DE RECEITAS ORIUNDAS DA UPF

6.6 Rendas da Família de fora da Propriedade:

ATIVIDADE/ Origem da Renda	RESPONSÁVEL/ Integrante	RECEITA/ANO
VENDA DE COSMÉTICOS		
PROFESSOR -EDUCAÇÃO		
DIARISTA		
VIGILANTE		
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE		
MANICURE		
COMÉRCIO		
ARTESANATO		
TURISMO		
TRANSPORTE NAÚTICO		
APOSENTADO		

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL/ Integrante	RECEITA/ANO
BPC		
SALÁRIO DEFESO		
PENSIONISTA		
MOTORISTA		
BOLSA FAMÍLIA		

Há pessoas que trabalham fora da UPF e manda dinheiro para a família? ()N; ()Sim, a família recebe R\$_____ com freqüência_____

7 – DESPESAS DE MANUTENÇÃO DA FAMÍLIA

A família, normalmente, tem despesa mensal com:

() Energia Elétrica	R\$
() Água e Esgoto	R\$
() Gás, carvão e lenha	R\$
() Alimentação, higiene e limpeza	R\$
() Transporte	R\$
() Aluguel	R\$
() Medicamento de uso regular	R\$

() Educação	R\$
() Lazer	R\$
() Vestimenta	R\$
()	R\$
()	R\$
()	R\$
()	R\$

(*excetua-se gastos com as atividades produtivas, que devem estar descritos no item 6)

Total de receitas e despesas?

Total receitas de atividades produtivas e serviços da UPF /ano	R\$
Total despesas de atividades produtivas e serviços da UPF/ano	R\$
Total receita líquida de atividades produtivas e serviços da UPF/ano	R\$

Total receitas de fora da UPF/ano	R\$
Total de despesas de manutenção da família/ano	R\$
Renda LíquidaTotal/ano	R\$

8. COMERCIALIZAÇÃO:

PRODUTOS PRINCIPAIS	Forma de comercialização (3)	Entraves para comercialização (4)

(3) Opções de forma de comercialização:

Cooperativa; Cerealista; Indústria; Feira; Indústria própria; Integradora; Programa governamental de aquisição de alimentos; Intermediário; Unidade de beneficiamento de sementes; Supermercado; em domicílio; Venda direta a escolas, creches, hospitais, asilos, etc.; Pesque-Pague; Mercado

(4) Opções de entraves para comercialização: Não possui veículo para transporte da produção; Inexistência ou más condições de vias de transporte; Baixa qualidade do produto; Produto sem certificação; Produto sem selo de inspeção sanitária; Falta de comprador na região e no entorno; Queda do preço de venda do produto no mercado e no entorno; Escala insuficiente; Excesso de produção; Produção ou entrega irregular; Dificuldades em manter escala de produção suficiente no tempo; Falta de embalagem para acondicionamento; Não sabe onde vender

Local e Data de execução: _____, _____ de _____ de _____

Assinatura do técnico
Engº Agrº Jean Louis Alves Martins - EMATER

Assinatura do Beneficiário

ANEXO I – PLANO PRODUTIVO



Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
 Secretaria da Agricultura Familiar - SAF
 Plano Produtivo, Social e Ambiental da Unidade de Produção Familiar

1.1 - Entidade Executora	
Nome: Agência Goiana de Assistência Técnica , Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária-EMATER	CNPJ: 13.232.306/0001-15
Unidade de Serviço/ Núcleo Operacional: Campo Alegre de Goiás	Nº do contrato: 64/2012

1.2 DADOS BÁSICOS DO(A) BENEFICIÁRIO(A):	
Nome beneficiário:	DAP Nº:
Nome Titular 1:	CPF Titular 1:
Nome Titular 2:	CPF Titular 2:

2. DESCRIÇÃO DO PLANO:		
2.1 PERÍODO DE EXECUÇÃO:		
INÍCIO: (Data da visita de elaboração do Plano Produtivo):	FINAL:	
2.2 OBJETIVOS: (descrever os objetivos agrupados por natureza e relacionar as ações necessárias ao alcance dos objetivos)		
NATUREZA DO OBJETIVO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
PRODUTIVO/ COMERCIAL		
SOCIAL		
AMBIENTAL		

3. PROGRAMACÃO DAS ATIVIDADES DE ATER RELACIONADAS COM O DESENVOLVIMENTO DO PLANO PRODUTIVO - POR ANO

Comunidade

ANO

Atividades Relacionadas ao Plano	Tipo	Mês	Local	Participantes
6 - Plano individual da UPF	Compulsória			
7 - Visita de acompanhamento - 2hs	Compulsória			
8 - Atividade coletiva - 4 hs:	Compulsória			
9 - Avaliação 1º ano - 8hs: Reunião	Compulsória			
10 - Visita de atualização do perfil - 3hs	Compulsória			
2 Visitas técnicas às UPFs(3 hs cada)	Selecionável			
15 - Atividade Selecionável coletiva - 4 hs:	Selecionável			
16 - Atividade Selecionável coletiva - 8 hs:	Selecionável			
17-Atividade Selecionável coletivas - 16 hs:	Selecionável			

ANO

Atividades Relacionadas ao Plano	Tipo	Mês	Local	Participantes
11- Avaliação -2º ano - 8 hs -	Compulsória			
18 - Visita de atualização do perfil - 3hs	Compulsória			
2 Visitas técnicas às UPFs(3 hs cada)	Selecionável			
23 - Atividade Selecionável coletiva - 4 hs:	Selecionável			
24 - Atividade Selecionável coletiva - 8 hs:	Selecionável			
25 - Atividade Selecionável coletiva - 16 hs:	Selecionável			
19 - Avaliação final - 8 hs	Compulsória			

Obs: (Espaço para algumas considerações que o técnico considera relevante):

4 – FINANCIAMENTO DO PLANO					
4.1 O projeto necessita de etapas tipo		<input type="checkbox"/> custeio		<input type="checkbox"/> investimento	
4.2 Há previsão de uso de crédito?		<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não	
4.3 O projeto de crédito já foi efetivado?		<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não	
QUAL?	LINHA	VALOR	DESTINO/USO (projeto)	Agente financeiro	Observações

5 – EXPECTATIVA DA FAMÍLIA EM RELAÇÃO AO PLANO:
5.1 CURTO PRAZO (durante a execução do contrato):
5.1 LONGO PRAZO (após a execução do contrato) :

Local de execução: (Comunidade/Município)	Data de execução: _____ / _____ / _____
<p style="text-align: center;">Eng^o Agr^o Jean Louis Alves Martins</p> <p style="text-align: center;">_____ Assinatura do técnico</p>	<p style="text-align: center;">_____ Assinatura do Beneficiário</p>